

Organizadoras:

Patrícia Falco Genovez

Maria Terezinha Bretas Vilarino

Ilara Rebeca Duran de Melo

A black and white photograph of a riverbank. In the foreground, a person is walking away from the camera, carrying several large bowls or baskets balanced on their head. In the background, another person is walking towards the water's edge. The river is wide and calm, with a sandy bank in the foreground. The background shows a line of trees and a hillside.

**PROGRAMA  
MARCO  
ZERO**

Governador Valadares/2023

**PROGRAMA  
MARCO  
ZERO**

ORGANIZADORAS:  
Patrícia Falco Genovez  
Maria Terezinha Bretas Vilarino  
Ilara Rebeca Duran de Melo

# Programa Marco Zero

## Capa/Editoração/Edição/Projeto Gráfico

Patrícia Falco Genovez

## Revisão

A revisão de cada capítulo é de responsabilidade dos autores.

## Imagem da Capa

Beira do Rio Doce, nas imediações do atual Bairro São Tarcisio/Governador Valadares. Fonte: Acervo Sr. Petronilho Alcântara Costa. In: VILARINO, M. T. B. Entre **lagoas e florestas**: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942 e1960). Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UFMG, Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 200.

## REALIZAÇÃO E APOIO



## PARCERIA



## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Programa Marco Zero [livro eletrônico] /  
organização Patrícia Falco Genovez, Maria  
Terezinha Bretas Vilarino, Ilara Rebeca Duran  
de Melo. -- Governador Valadares, MG :  
Ed. dos Autores, 2023.  
PDF

ISBN 978-65-00-70029-9

1. Arquitetura - Brasil - História 2. Governador  
Valadares (MG) - História 3. Urbanismo - Brasil -  
História I. Genovez, Patrícia Falco. II. Vilarino,  
Maria Terezinha Bretas. III. Melo, Ilara Rebeca Duran  
de.

23-157201

CDD-720

## Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura e urbanismo 720

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



Beira do Rio Doce, nas imediações do atual Bairro São Tarcisio/Governador Valadares. Mulheres lavando roupas e vasilhas, à esquerda carrocinha dos vendedores que entregavam água a domicílio. Fonte: Acervo Sr. Petronilho Alcântara Costa. In: VILARINO, M. T. B. Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942 e 1960). Dissertação de Mestrado. PP-GHIS/UFMG, Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 200.

# Sumário

Introdução	9
Mitos e histórias de Governador Valadares: o que sabemos sobre seu início?	15
a) Memórias do começo...	19
b) Histórias de Figueira	46
O bairro São Tarcísio: surgimento, enchentes e o Centro de Convivências	61
a) São Tarcísio: história e processo de identitário	65
a.1) Formação territorial do São Tarcísio	66
a.2) O São Tarcísio como cenário territorializável	68
b) O São Tarcísio e as enchentes	76
c) Centro de Convivência do São Tarcísio: cidadania e empoderamento	82
c.1) O bairro e sua identidade	83
c.2) Enfim, um Centro de Convivência	90
Atuação da UNIVALE no Programa Marco Zero	99
a) O Projeto Colorindo o Bairro	104
b) O Projeto Conte para nós	126
Sobre os autores	129

# Introdução

Participar de um programa que congrega esforços de vários cursos da UNIVALE e de outras instituições (Prefeitura Municipal de Governador Valadares, Associação Comercial e Empresarial de Governador Valadares, Associação de Bairros São Tarcísio e Pitágoras) é sempre um privilégio. Este privilégio se torna ainda maior quando o tema tratado é o “Marco Zero” do município. Esse programa envolveu atividades de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo, além da Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Direito, Administração, Fisioterapia e o Programa de Pós-Graduação Gestão Integrada do Território no intuito de revitalizar o bairro São Tarcísio, localizado às margens do rio Doce, em Governador Valadares (Figura 1).

O ponto de partida de uma cidade muitas vezes é difícil de ser descrito e identificado exatamente por ter sido o início de um caminho e de uma história. Daí a importância de considerar a questão da linguagem relativa ao

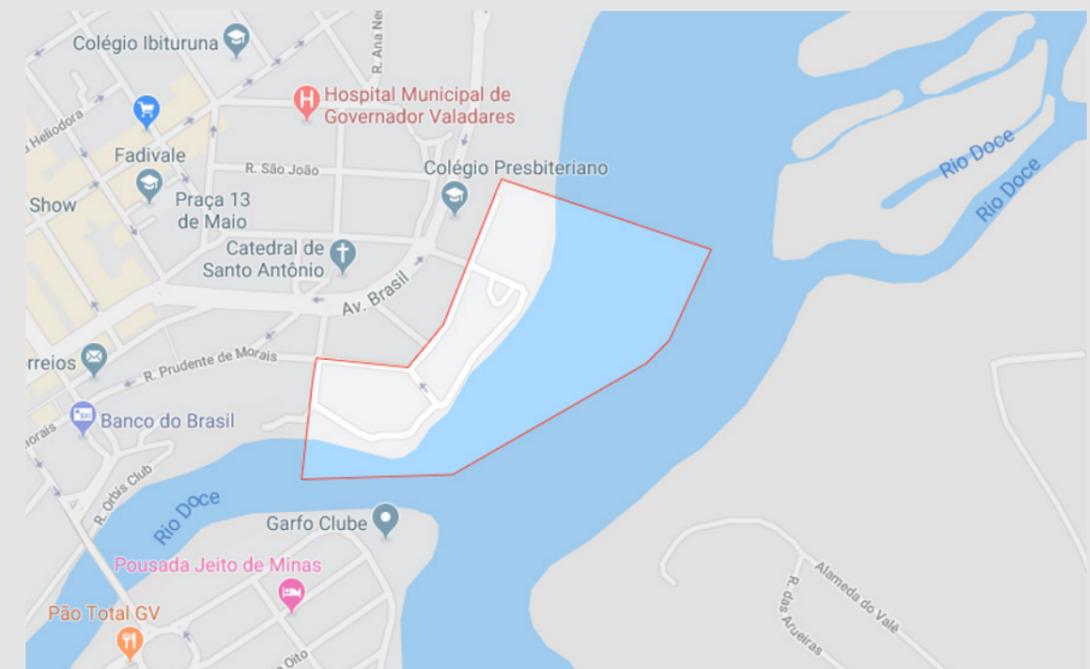


Figura 1 – Localização do bairro São Tarcísio

Fonte: Google Maps, 2019.

“Marco Zero”. Giambatista Vico (filósofo, historiador e jurista nascido no século XVII) discutia sobre as formas de se falar da experiência humana lançando duas propostas. Uma ele chama de “silogística”, que seria o nosso modo de falar mais objetivo, conceitual, distanciado. Mas, Vico reflete também sobre uma outra dimensão das atividades humanas à qual só é acessível pela “linguagem mítica” ou, em termos mais atuais, pela poesia. Esta linguagem deixa espaços para a fantasia, para a imaginação, para aspectos fugidios acessíveis mais pela linguagem poética do que pela técnico-científica, para usarmos uma distinção compreensível, mas um tanto démodé hoje em dia (VICO, [1725] 1984).

Por isso, o “Marco Zero” além de ser um “lugar” objetivável, é também um lugar imaginário. O “Zero” aqui não é um nada, mas um campo imenso de possibilidades, de direções e de saídas. O município poderia se desenvolver em diferentes direções, mas o referente sempre será o ponto zero, mais imaginário que real, para o qual ele se volta ao buscar sua origem. Perder este “onde e quando” é ficar à deriva e ao sabor de aventureiros e oportunistas que vão contar a história a partir dos interesses do momento. Desse modo, se um município, assim como uma pessoa quiser ter autonomia, independência e um horizonte de sentido próprio ela não pode esquecer ou desprezar este seu lugar de origem.

A proposta de revitalização partiu da Oficina de Ideias que instituiu o Programa Marco Zero, em 2019, com o intuito de congregar “não só a marcação do local histórico onde a cidade nasceu, atual bairro São Tarcísio, mas o resgate de todo o contexto social e cultural que envolve essa região sob vários olhares e perspectivas.” (OFICINA DE IDEIAS, 2019). A Oficina de Ideias esteve sob a coordenação da Dra. Zenólia Maria de Almeida (na ocasião, Secretária de Planejamento da Prefeitura Municipal de Governador Valadares) e o Programa Marco Zero contou com a redação dos professores da UNIVALE Leonardo Geraldo dos Santos Carneiro, Ilara Rebeca Duran de Melo, Paula Maria Greco de Oliveira e Renata Greco de Oliveira.

Em síntese, foram propostas alterações visuais como, por exemplo, a pintura das casas e a construção de um monumento que simbolizasse o início da ocupação local (“Marco Zero”) que, posteriormente, deu origem ao município. Todas as ações buscaram contribuir para uma “transformação da comunidade”, proporcionando novas atitudes nutricionais, identitárias, de saúde coletiva e de empreendedorismo (SILVA, 2019).

Este livro apresenta a experiência da Univale, em especial do curso de Arquitetura e Urbanismo em parceria com o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar *Gestão Integrada do Território* e e um dos seus laborató-

rios, o Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE), envolvidos no Programa “Marco Zero”, descrevendo algumas ações.

Esse material, entregue às Secretarias de Cultura e Educação da Prefeitura Municipal, materializa uma parceria inovadora e transformadora da realidade de Governador Valadares, criando uma sinergia entre a UNIVALE, o poder municipal e a comunidade do bairro São Tarcísio. Dessa forma, traz como abertura desse cenário a história do ponto de origem do município de Governador Valadares. Posteriormente, apresentamos um capítulo com a formação histórica do bairro São Tarcísio e, por fim informações sobre o Programa Marco Zero.

# O Programa Marco Zero

Para o presidente da FPF, Rômulo Cesar Leite Coelho, é motivo de orgulho dirigir uma instituição que tem times de professores que participam de projetos como esse. Segundo ele, significa muito mais que a revitalização de um bairro: é a transformação da vida das pessoas, o que a UNIVALE faz há mais de 50 anos.

De acordo com o prefeito André Merlo, o “Marco Zero” vai ser muito importante para o bairro São Tarcísio, pois além de resgatar a história da cidade, vai qualificar os moradores locais, que amam Governador Valadares. O gestor afirma que a ideia é revitalizar a parte estrutural e urbana para que as pessoas tenham o prazer de viver ali.

Jackson Lemos, presidente da ACE-GV, disse [que essa] que tem o dever de participar de tudo

que envolve o desenvolvimento de Governador Valadares, seja com apoio financeiro ou institucional. Para a Associação Comercial é motivo de alegria e satisfação.

A Secretária Municipal de Planejamento da SEPLAN, Zenólia Maria de Almeida, explica que o “Marco Zero” é um local onde a

cidade tem relação de nascimento, de sua marca e identidade. E no caso de Valadares, foi o bairro São Tarcísio. “Foi lá que aportaram as primeiras pessoas que vieram até a nossa terra. Era

um porto das canoas, mesmo. Os primeiros moradores eram próximos e de outros locais, ribeirinhos também. Depois da construção da estrada de ferro, outros foram morar lá, que era uma área mais ou menos central, pobre, mas que as pessoas podiam pagar para ficar



Clique no quadro para assistir ao vídeo da TV Univale sobre o Projeto Marco Zero.

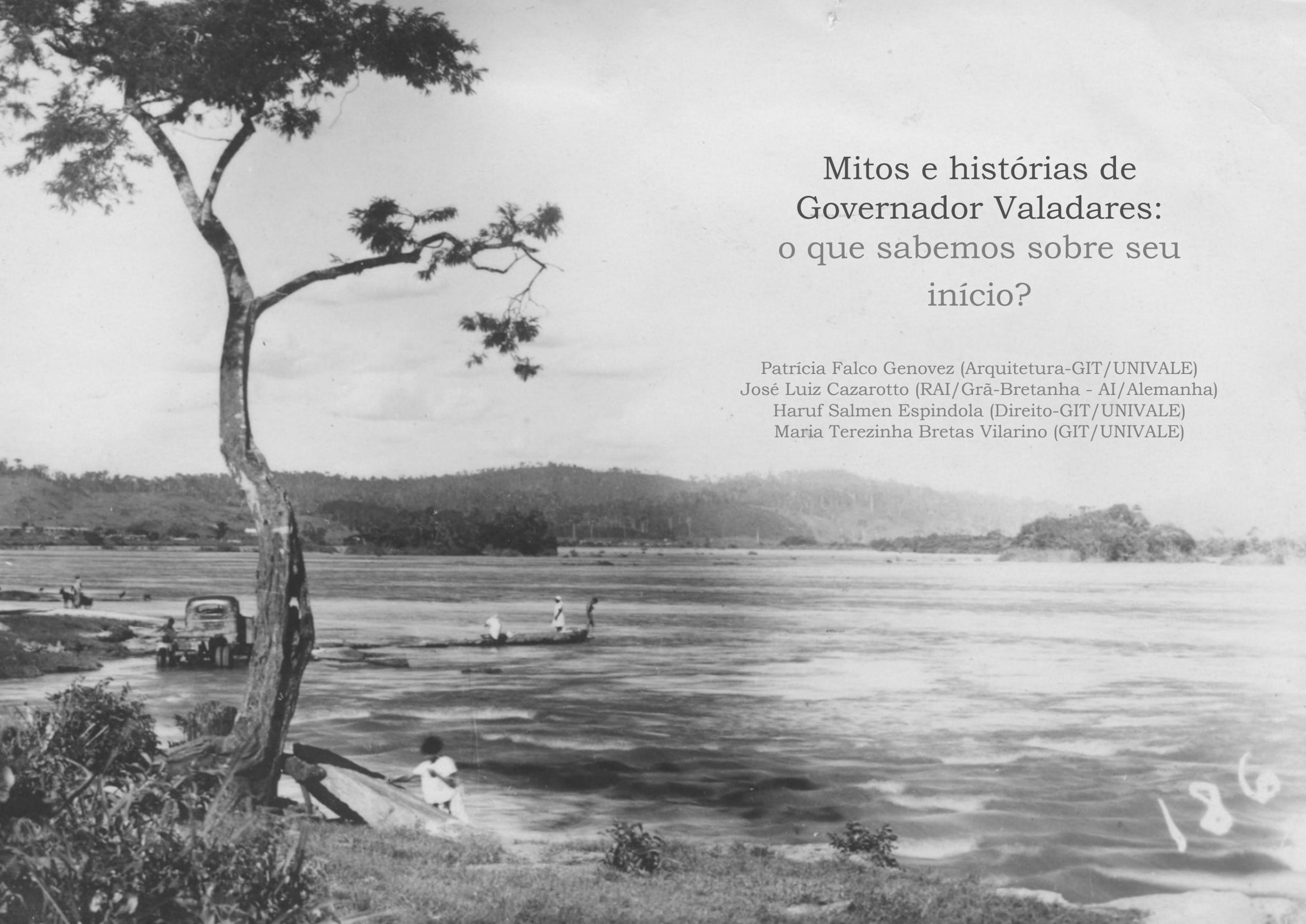
ali”, conta. De acordo com Zenólia, a ideia é melhorar a vida das pessoas, fazer um primeiro projeto e, depois, replicar na cidade e em outros locais também. “Nossas conversas com a liderança do bairro têm sido muito positivas. Eles estão ansiosos para que aconteçam coisas novas. Então, nós vamos mudar a iluminação do bairro, melhorar o calçamento e, por fim, fazer uma passarela ligando o bairro ao nosso Parque Natural Municipal, passando pelo rio Doce. Haverá espaço para pedestres e bicicletas. Vai ser um ponto turístico. Os moradores vão se sentir valorizados. Suas casas vão ser valorizadas”, finaliza ela (SILVA, 2019).



Clique no quadro para assistir ao vídeo da TV Univale sobre o lançamento do Projeto Marco Zero.



Lançamento do Programa Marco Zero/Site da PMGV



## Mitos e histórias de Governador Valadares: o que sabemos sobre seu início?

Patrícia Falco Genovez (Arquitetura-GIT/UNIVALE)  
José Luiz Cazarotto (RAI/Grã-Bretanha - AI/Alemanha)  
Haruf Salmen Espindola (Direito-GIT/UNIVALE)  
Maria Terezinha Bretas Vilarino (GIT/UNIVALE)

## Mitos e histórias de Governador Valadares: o que sabemos sobre seu início?

As cidades em geral sempre têm seu mito fundador. Governador Valadares não é diferente. Para investigar a história da cidade, podemos lançar mão de diversos recursos, mas para desvendarmos o início, a origem do povoamento do município é necessário ir em busca dos memorialistas locais. Foram eles os maiores responsáveis pelo resguardo da memória dos fatos marcantes e pitorescos, assim como do registro dos personagens mais significativos da história valadarense. Neste sentido, cabe o respeito e o reconhecimento aos trabalhos produzidos pelo primeiro memorialista da cidade: Joaquim Campos do Amaral, pelas senhoras Ruth Soares, Anita Vaz e Maria Cinira dos Santos Netto; assim como dos senhores José Raimundo Fonseca e Edmar Campelo Costa (AMARAL, 1951; COSTA, [1977] 2006; FONSECA, 1986?; NETTO, 1999; SOARES, 1983?; VAZ, 1984). Esse reconhecimento se estende a vários outros autores que escreveram sobre Governador Valadares, dentre eles: Parajara dos Santos, Tessa Damasceno, Tim Filho, Geraldo Soares da Silva, Ruy Pimenta Filho, Murilo Teixeira, dentre outros (DAMASCENO, 1991; PIMENTA FILHO, 1979; SANTOS, 2006; SILVA, 20--; TEIXEIRA, 1989; TIM FILHO, 2010).

Além dos memorialistas locais buscamos as pesquisas dos historiadores Haruf Salmen Espindola e Lana Siman. Será, portanto, com o primeiro grupo de memorialistas e com os historiadores indicados com os quais trabalharemos mais de perto para refletirmos sobre o “Marco Zero” dos valadarenses (ESPINDOLA, 1998, 1999, 2005, 2006; ESPINDOLA; NEVES; 2010; SIMAN, 1988).

Para iniciarmos esse percurso é importante termos em mente que as várias memórias e histórias de Governador Valadares constituem narrativas onde se entrecruzam tempos e espaços, que dão voz a uns personagens e silenciam outros, dão relevo a certos contextos e, numa dança de contrapontos, encobrem circunstâncias e cenários. Esse é o trabalho da Memória e da História em seu entrelaçamento com o esquecimento. Entretanto, por mais fascinante que seja, não há como abordar tudo.

Além disso, o ofício do historiador e, porque não do memorialista



também, exige uma certa resignação perante o fato do passado não poder mais ser acessado em sua integridade. Resta-nos encontrar pistas, assim como o fazem os investigadores ou detetives dos romances literários, trabalhando a partir de indícios (GINSBURG, 1989). Entretanto, uma vez identificadas as pistas e recolhidos os testemunhos, outras questões se colocam: como transformar narrativas e testemunhos de um tempo passado em texto histórico? Seria correto considerar como “verdadeiro” apenas o “discurso científico”, descartando os mitos e as primeiras epopeias? Ou, os historiadores devem, ao contrário, assumir um discurso mais próximo da arte para não perder o espírito de uma época? Foi Roland Barthes quem iniciou este questionamento quanto ao discurso narrativo da história a partir do século XIX, quando se buscou excluir a imaginação, o drama e o romance no intuito de um discurso “racional” a respeito do passado. Entretanto, esta discussão da linguagem adequada vem de longe e podemos citar, dentre os tantos exemplos, o de Giambattista Vico mencionado acima na Introdução e a sua distinção entre

as elaborações mitológicas e a silogísticas; para ele, dependendo do objeto, a linguagem mais adequada poderia variar (BARTHES, 1984; VICO, [1725] 1984).

Essas questões já foram e continuam sendo discutidas por vários filósofos e historiadores (GAY, 1990; GINSBURG, 2007; HOBSBAWN, 1998; RICOEUR, 2007; WHITE, 1991).

Desde a década de 1970 a História, enquanto área de conhecimento, vive uma crise de paradigmas haja vista que, dadas as dificuldades de acessar os acontecimentos do passado, não é possível ao historiador trabalhar com a postulação de “verdades”; além disso, a compreensão do mundo atual é pautada na noção de progresso trazendo uma concepção de “presente eterno” que recria tanto o passado quanto o futuro. E, por fim, a própria compreensão do futuro, visto de modo incerto em função de inúmeras crises características da modernidade, impede a formulação de uma concepção alternativa, dando a sensação de que esta não existe (HARTOG, 2003, 2009; HUYSSSEN, 1984).

Portanto, no século XXI o historiador agrega ao seu ofício uma tarefa multidimensional, abar-

(...) não é possível ao historiador trabalhar com a postulação de “verdades” (...)

cando sua condição de narrador, biógrafo, memorialista, pesquisador, professor, patrimonialista, crítico e consultor, trabalhando numa difícil interseção temporal, articulando o passado, o presente e o futuro. Neste processo, contribui para a configuração da identidade de grupos, para a formação da consciência coletiva, para o resguardo da memória coletiva e das tradições locais (HOBSBAWN, 1984, p. 9-23). São essas tradições, articuladas à sabedoria popular que estreitam os laços de pertencimento. Sua evocação tem como característica a busca da própria origem. Este é o exercício proposto neste Capítulo: tecer uma reflexão sobre as origens do município entrelaçando a memória, a história, a tradição e a identidade local. Mas, qual origem ou “Marco Zero” queremos acessar? Propomos, num primeiro passo, identificar como cada memorialista e historiador elabora o início do povoamento que, mais tarde, se tornaria o município de Governador Valadares.

## a) Memórias do começo...

Vamos começar essa reflexão sobre as memórias do começo de Governador Valadares a partir do primeiro memorialista da cidade, o senhor Joaquim Campos do Amaral. Em texto publicado na Revista Acaiaca, em 1951, Amaral compartilha com os leitores locais algumas tradições da cidade (transcritas no Quadro 1), lembrando a incursão de D. Manuel, rei de Portugal, que em passagem pelo rio Doce teria parado no então denominado Porto das Canoas (futura Governador Valadares), para aguardar a passagem de uma tribo de Aimorés.[1] Essa tradição, confirmada por antigos e respeitáveis moradores locais, dentre os quais os senhores José de Serra Lima de Oliveira, João Rodrigues da Silva e João Gonçalves da Silva fora mantida por décadas e acabou sendo citada por outros memorialistas.

[1] D. Manuel, conhecido como o “Venturoso”, viveu entre 1469 e 1521, no período das grandes navegações e do início da colonização da América Portuguesa. Não consta na história de Portugal, neste período a visita de um rei à colônia do Novo Mundo (OLIVEIRA MARQUES, 2006).

## Quadro 1

“Entre as tradições da cidade, consta que em tempos imemoriais D. Manuel rei de Portugal, excursionou o Rio Doce, tendo se detido um pouco na Figueira e mesmo atravessado o rio para o sopé da Ibituruna, enquanto dava passagem aos Aimorés que incursionavam de quando em vez o trecho do Rio Doce, entre o Suassuí Grande e o rio Corrente, zona esta dominada pelos índios Botocudos e onde Maquejirum e sua tribo faziam chacinas e devastações. Como os Aimorés eram audaciosos, guerreiros e até antropófagos, teriam aconselhado D. Manuel a ir para o lado oposto do rio até que eles passassem, pois os Botocudos já estavam cientes de que eles subiam na ansiedade de aventuras e na provocação de luta com seus adversários dos quais sempre saíam vitoriosos. E deste fato teria se originado o nome de “D. Manuel” dado ao porto da Figueira dos Botocudos. Parece inverossímil e inacreditável esta versão, mas aí estão ainda os veteranos José de Serra Lima de Oliveira, João Rodrigues da Silva e João Gonçalves da Silva que

afirmam em pé de verdade a tal excursão de D. Manuel.

(...) Por isto, certo ou errado, este ou outro motivo, o porto de Figueira se chamou Porto de D. Manuel e a origem deste nome consta a ser a tal excursão, e jamais encontrei quem alegasse outro motivo. Mas cada qual interprete este episódio e outros a seu bel prazer, sem negar, contudo, o que não se pode provar em contrário, nem sem deixar de dar valor à tradição de cada povo.

Além da lenda de D. Manuel, consta da tradição da terra a passagem pelo rio Doce abaixo de Sebastião Fernandes Tourinho, que viu sua atenção despertada pela majestosa Ibituruna e pela exuberante vegetação da margem do rio Doce, entre o Suassuí Grande e o rio Corrente.

Tendo vindo explorar a localização do “Degredo” que foi criado mais tarde por D. Pedro em Cuieté, mas que levou a notícia da grandesa de nossa terra e do brilhante futuro que aqui se vislumbraria futuramente, ficando a existência de zona altamente interessante como esta, registrada na história pátria.

Mais tarde, cientistas, geógrafos e historiadores vários que se perdem em tempos imemoriais, visitaram o vale do rio Doce ainda inculto e habitado por indígenas, todos tendo sua atenção despertada para a Ibituruna e para as nossas matas. Também industriais como João Monlevade, estudaram as nossas riquezas e a navegabilidade do rio Doce, em tempos em que a falta de transportes era problema muito mais sério a resolver do que em nossos dias. Os primeiros homens da terra, que marcaram a existência de Figueira, são: Antônio Máximo de Oliveira, nativo, mestiço de descendentes portugueses com índios de nossa zona, denominado “Cabo Máximo” pela sua brilhante história, e o Tenente João Coelho, bravo soldado da guerra do Paraguai, que, como forasteiro, teve sua atenção voltada para Figueira e um alto interesse pelo engrandecimento deste torrão abençoado. Como primitivos nossos, encontramos os índios Botocudos que dominavam toda a vasta zona entre o Suassuí Grande e o rio Corrente, subindo até as cabeceiras dos mesmos. Destes índios ainda encontramos alguns espécimes, e seus descendentes são os nossos habitantes da roça, baixos, barrigudos, de cor embaçada e pouco lépidos, pela herança dos avoengos e também em conse-

quência das febres palustres que eram comuns em toda a zona e que ainda existem em partes ainda não atingidas pelo saneamento geral que tem sido feito” (AMARAL, 1951, p. 13-15).



D. Manoel - O Venturoso/Site História Universal

Amaral se refere à tal incursão de D. Manuel como uma tradição e neste ponto é importante refletirmos sobre sua importância, mesmo se tratando de algo inventado. Em outras palavras, mesmo quando uma tradição é inventada ela cumpre um papel social e cultural fundamental para um determinado grupo social. É por meio dela que normas de comportamento e valores são repassados e se estabelece uma continuidade com um passado considerado apropriado.

Eric Hobsbawn entende

Por “tradição inventada” (...) um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado. (1984, p. 9).

De fato, a narrativa de Amaral possui elementos bem definidos com os quais podemos tecer algumas considerações: há uma cronologia própria de encadeamento dos eventos; temos um enredo envolvendo personagens,

ambiente, um problema, a ação e a resolução; configurou-se um espaço tridimensional onde se estabeleceram uma situação, uma interação e uma continuidade e, a partir dessa narrativa é possível compreendermos a relação entre o historiador (Amaral) e seus informantes (José de Serra Lima de Oliveira, João Rodrigues da Silva e João Gonçalves da Silva), a coleta feita a partir de conversas e o modo como a história fora contada, ou seja, como algo que desde a infância era conhecido e reconhecido entre os “causos” contados pelos antigos moradores do lugarejo. Estamos considerando, nos termos de Jane Elliott, que “as narrativas podem ser definidas como ‘discursos com uma ordem sequencial clara que conecta eventos de maneira significativa para um público definido” (ELLIOTT, 2005, p. 36). E devido à fluidez dos eventos e mesmo à relativa imprecisão, como dissemos acima, muitos fenômenos não só vão requerer uma linguagem que dê conta de sua natureza, mas também métodos adequados (CRESELL, 2014, p. 155-156).

Vamos refletir um pouco sobre esses elementos para entendermos alguns significados dessa narrativa que emerge de uma “tradição inventada”. Primeiro, ela nos remete a tempos imemoriais. Ou, se quisermos a um tempo fora de qualquer cronologia que posiciona D. Manuel (nascido em 1469 e falecido em 1521) em algum ponto temporal da história inicial de Governador Valadares. É importante

lembrarmos que foi sob seu reinado que Vasco da Gama chegou às Índias (Caminho das Índias) e Cabral ao Novo Mundo, dando início à colonização da América Portuguesa. D. Manuel, portanto, é um personagem que pode ter sido escolhido para fazer uma conexão temporal entre o “achamento” do Novo Mundo, a demarcação de uma colônia na América Portuguesa (o que séculos mais tarde se tornaria o Brasil) e o Porto da Figueira. Na cronologia das tradições fala-se dos tempos imemoriais e não há datas precisas. O mais significativo é a importância que o Porto de D. Manuel adquire com a passagem ilustre de um rei português. Essa narrativa “cria” um início para o qual os moradores mais antigos provavelmente não tinham documentos ou uma explicação racional plausível e ao mesmo tempo gera um significado grandioso para o lugarejo. Cumpre, portanto, um papel singular inculcando na população dos primeiros tempos uma dada memória, uma história atestada pelos mais antigos, fundando uma tradição e moldando uma identidade.

Em termos do enredo, temos uma descrição rica em detalhes com personagens grandiosos: o rei de Portugal (D. Manuel, o “Venturoso”), os Aimorés antropófagos liderados pelo chefe Maquejirum e os Botocudos, todos imersos em um ambiente de floresta, mas cuja referência mais marcante é dada ao rio. Mais tarde, outro personagem enfrenta o rio Doce

e passa pelo então Porto de D. Manuel: Sebastião Fernandes Tourinho, cuja intenção é explorar o antigo Cuieté Velho, local onde havia um presídio, criado por D. Pedro, para onde eram enviados criminosos. Ainda dentro da cronologia imemorial passaram João Monlevade e os primeiros moradores da Figueira: o “Cabo Máximo”, o Tenente João Coelho e os índios Botocudos.

Novamente, cabem algumas considerações quanto aos personagens e ao ambiente. Há que se ressaltar que o rio Doce e a mata de Peçanha e adjacências eram considerados ao longo dos séculos XVII e XVIII um sertão perigoso. Cuieté foi criado enquanto “terra proibida”, numa zona que a Coroa Portuguesa tinha interesse em manter como barreira “natural”, evitando o extravio das riquezas da área de exploração aurífera, no centro da Capitania de Minas Gerais. O local foi, por diversas vezes, atacado por diferentes denominações indígenas. Lá, fora criado um presídio para encaminhar criminosos, na metade do século XVIII (SOUZA, 2014). Nesta época, os reis de Portugal foram D. João V e D. Pedro III, mas não se sabe se a referência de Amaral a D. Pedro se refere ao rei de Portugal ou ao Imperador do Brasil D. Pedro I, já no século XIX.



Família de Botocudos/Debret (1834)

Sem dúvida, o grande problema de toda a região do Sertão do rio Doce era a dificuldade de acesso, de transporte e a segurança. Os personagens são inseridos como aventureiros e corajosos ao percorrerem uma região perigosa, mas repleta de grandezas e riquezas. Não há uma cronologia precisa para articulá-los ao contexto. Assim, o bandeirante Fernandes Tourinho que teria passado pela região na década de 1570 aparece numa região onde somente dois séculos mais tarde surgiria Cuieté. De qualquer forma, figura-se um espaço tridimensional na narrativa de Amaral que amarra uma dada situação que busca explicar a origem do Porto da Figueira por meio de uma interação de vários personagens em contextos distintos, no intuito de estabelecer uma continuidade histórica. É exatamente essa articulação que criou a tradição da lenda de D. Manuel que continuou sendo referida por outros memorialistas. Aliás, o próprio Amaral adverte sobre a natureza inverossímil dessa história, mas realça a importância da tradição que a mesma criou.

Outro memorialista que fala sobre os tempos imemoriais da antiga Figueira é o senhor Edmar Campelo Costa. A partir de uma inferência a Joaquim Campos do Amaral, Costa elabora, em fins da década de 1970, uma versão da tradição local acerca da lenda da incursão de D. Manuel (ver Quadro 2).

## Quadro 2

Talvez ainda no século dezoito ou em princípios do século dezanove, conta-se que D. Manuel, rei de Portugal e Colônias, desceu o Rio Doce à procura de aventuras, com grande corte e criadagem, procurando a direção do “Degredo” criado naquele tempo à sua ordem, para ali serem exilados os criminosos políticos, inimigos do reino de Portugal e Colônias, considerados como tal, muito em particular, os sonegadores do dízimo do ouro que era explorado intensamente na época em Ouro Preto, Passagem e Mariana, e talvez na ambição de descobrir novas jazidas do precioso metal no curso do grande rio ainda não explorado.

O grito de Independência ou Morte ainda não tinha sido dado, e entre os índios nativos da região dos rios Suaçuí Grande e Suaçuí Pequeno e terrenos fronteiriços do lado sul e mesmo na zona do Rio Doce abaixo, entre o Suaçuí Grande e o porto de Santa Cruz no Espírito Santo, corriam ainda entre os gentios as lendas do filho do Trovão que vomitava fogo mortífero e do homem que incendiava a água por

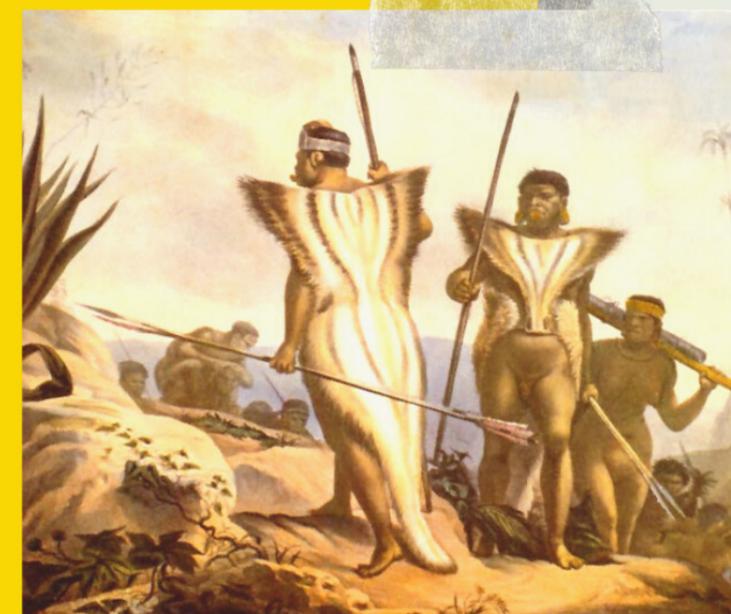
bruxaria, consequência de fatos que conhecemos na história do Brasil.

Os indígenas, em consequência, temiam e respeitavam os aventureiros que se embrenhavam pelas matas à procura de novas riquezas e de terras virgens que produzissem melhor seara. Havia tribos pacatas que até trabalhavam a salário para nossos patriotas imigrantes em suas terras. Havia também tribos que não se conformavam com a invasão de suas possessões e hostilizavam os colonizadores.

Foi assim que D. Manuel chegou ao porto da Figueira, assim denominado por causa de uma grande figueira à margem do rio, sob a qual os indígenas faziam festas e danças, e também sob a qual índios e colonizadores que navegavam rio abaixo a procura de sal ou outros víveres, aportavam e dormiam amparados pela grande árvore contra as intempéries do tempo. Parece que o Rio Doce, naquele tempo, era mais acessível à navegação por canoas, ou os homens

mais destemidos, pois, como se conta, D. Manuel desceu o rio até o mar, de onde seguiu até a corte do Rio de Janeiro. Chegado que foi ao porto da Figueira, foi D. Manuel recebido pelos colonizadores ali existentes e pelos índios botocudos, os quais dominavam a zona entre o rio Suaçuí Grande e o Suaçuí Pequeno, e que eram pacíficos, indolentes e até covardes, porém bastante traiçoeiros. A estes, D. Manuel acumulou de presentes para conquistar-lhes a confiança e amizade. E como tivesse sido informado de que os índios de Maquejirum, chefe de uma grande parte dos Aimorés, índios bravos, guerreiros temíveis e até antropófagos e que dominavam a grande região entre os Suaçuí Grande e o porto de Santa Cruz, vinham subindo e mesmo já haviam atravessado o Suaçuí Grande em direção e demanda desta região para suas chacinas costumeiras, e que a corte real corria perigo por medida de prudência D. Manuel atravessou o porto da Figueira para o lado de cá e noticiada a passagem de Maquejirum com sua tribo para as margens do Suaçuí Pequeno em Baguari, continuou descendo em visita aos portos do “Degredo” na foz do rio Cuieté, Manhauçu, “Natividade”, na foz do

rio Manhauçu e “Santa Cruz” no Espírito Santo com destino a Vitória e ao Rio de Janeiro. Desde então, o porto da Figueira foi denominado “Porto de D. Manuel” (COSTA, 2006, p. 216-217).



Família de Botocudos/Debret (1834)

A narrativa proposta por Costa, assim como aquela postulada por Amaral possui vários elementos para refletirmos. Diferentemente da primeira narrativa, há uma cronologia que busca situar o leitor entre o século XVIII e o XIX. Nesta versão da lenda de D. Manuel, o rei teria descido o rio Doce com grande criadagem, direcionando-se ao “Degredo”. Há, portanto, uma descrição mais detalhada da passagem de D. Manuel acrescentando-se a criadagem e extinguindo o bandeirante Sebastião Fernandes Tourinho. Os indígenas dedicam respeito aos visitantes e aventureiros em função das lendas de um homem que incendiava a água. Tal evento descrito na narrativa, ocorrido em algum ponto da história do Brasil, na verdade ocorreu com outro bandeirante: o “Anhanguera” (pai), Bartolomeu Bueno da Silva, desbravador da região central da então colônia portuguesa, em fins do século XVII. Conta-se que Bartolomeu Bueno da Silva, partindo de São Paulo em direção a Goiás, avistou um grupo de índias adornadas com ouro. Para convencê-las a mostrar a origem do metal precioso, o bandeirante colocou fogo numa cuia com água e ameaçou

a colocar fogo nos rios da região. Por isso, foi denominado “Anhanguera” (diabo velho). Inclusive, uma importante rodovia de São Paulo, que liga o porto de Santos às barrancas do rio Grande, na direção do Triângulo Mineiro e Goiás, recebeu esse nome.

A descrição do ambiente, novamente privilegia o rio, por onde D. Manuel teria chegado ao Porto da Figueira, cujo nome deriva da existência de uma grande figueira no local. Era debaixo dela que os indígenas da região faziam suas festas e os colonizadores aportavam para descansar das intempéries da viagem pelo rio Doce. Outra diferença em relação à primeira narrativa, D. Manuel encontra com os índios traiçoeiros e lhes entrega presentes. Porém, assim como já expresso por Amaral, atravessa o rio para evitar encontrar com o chefe Maquejirum. Posteriormente, seguiu viagem em direção à foz do rio Cuieté, até chegar à Vitória e depois ao Rio de Janeiro.

Alguns elementos como a violência, a dificuldade de transporte e o perigo de passar pela região mostram uma proximidade e semelhança com a lenda contada por Amaral. Entretanto, outros pontos

(...)surge um elemento importante: a figueira. Ela fora colocada como ponto de congregação dos indígenas e colonizadores que já estavam no lugarejo.

destoam haja vista que se configura uma situação e uma interação distinta daquela proposta na primeira narrativa, embora a continuidade tenha sido redefinida para focar apenas no rei D. Manuel. Neste último ponto, surge um elemento importante: a figueira. Ela fora colocada como ponto de congregação dos indígenas e colonizadores que já estavam no lugarejo. Ela aparece às margens do rio Doce, mas sem uma localização precisa e servirá como base de continuidade, enquanto ponto inicial, para a memória e a história local.

A terceira narrativa sobre o início do município foi elaborada pela senhora Ruth Soares, memorialista, e fora publicada para seus leitores em 1983, próxima ao cinquentenário da emancipação (SOARES, 1983?). Sua narrativa se estabelece no capítulo Memórias de uma cidade e tem seu início num convite e numa ambientação do leitor (Quadro 3). Há uma cronologia que sai da atualidade e, num lance, corta o espaço-tempo estabelecendo duas temporalidades-espacialidades. Estabelece-se um portal para o passado, a partir do qual observa-se a floresta, os animais e grandes personagens. O primeiro

(...)Há uma cronologia que sai da atualidade. Estabelece-se um portal para o passado, a partir do qual observa-se a floresta, os animais e grandes personagens.

a surgir nesta nova configuração é Sebastião Fernandes Tourinho que, apesar de ter registros históricos de sua passagem pela região, aparece como uma lenda das tradições locais. Outra lenda citada é a de D. Manuel que teria chegado ao Porto da Figueira dos Botocudos. Assim como nas demais narrativas, os Botocudos e os Aimorés estão presentes antagonizando a cena construída. A própria autora reconhece a “inveracidade” da narrativa, mas rende-se à tradição e à autoridade de antigos moradores como José de Serra Lima, Rodrigues da Silva e João Gonçalves que atestam a veracidade dos fatos. Diferentemente das demais narrativas, Soares indica um novo elemento: a existência de dois portos. De fato, a narrativa nos fornece a indicação precisa do Porto de D. Manuel, considerado o principal e aquele que foi o início do povoamento. Mais tarde, esse porto foi denominado Porto das Canoas e Porto das Carroças. Sua localização: no início da rua Quintiliano Bocaiúva, próximo ao deságue do Córrego Figueirinha, onde havia a figueira frondosa que as narrativas anteriores citam (Figura 1).

## Quadro 3

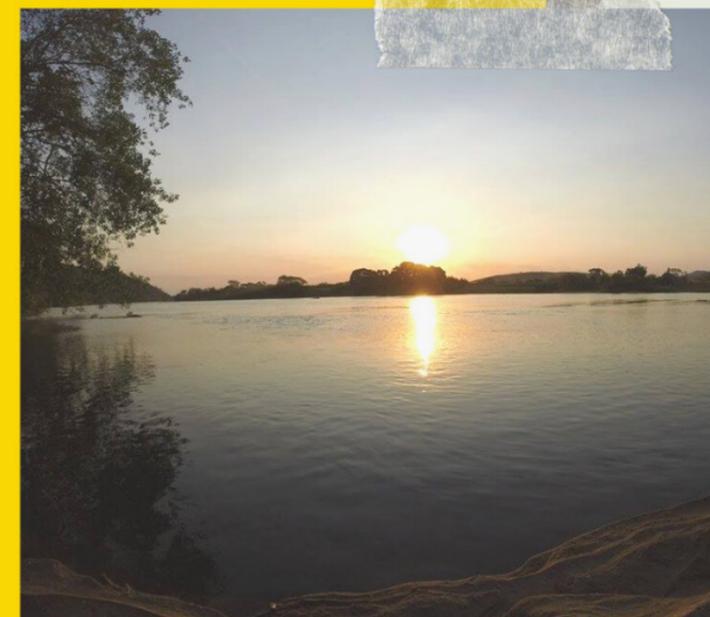
Estamos penetrando num deserto verde, sem homem civilizado. As folhas das árvores tremem, na ocasião dos terríveis acesso de sezão. Você tem coragem? – Se tem, pegue os remos e vamos percorrer o Rio Doce. A seu lado, deixe o facão, pois você precisará dele. Você ouve o cantar dos pássaros, o rugir das feras e vê uma paisagem magnífica. Os diversos tons de verde se espalham pela planície cortada pelo rio.

Vai ser uma viagem maravilhosa: volte as páginas da história. Para trás o calendário marca 1542. Um homem corado de sol sobre o leito do rio. Olhe, é Sebastião Fernandes Tourinho. Estamos no plano das tradições e das lendas. Sebastião Fernandes Tourinho fora atraído como nós, principalmente pela majestosa Serra Negra, o belo pico do Ibituruna, além dessa exuberante vegetação do Rio Doce, entre o Suaçuí Grande e o Rio Corrente. Sentimos a mesma emoção diante desse espetáculo grandioso de cores e

luzes elevando-se no azul, sobre o verde escuro das folhagens. Ibituruna, muitos cantarão o seu nome. Muitos berços serão embalados à tua sombra, ó testemunha muda e eloquente da glória e do progresso de um povo. – Olhe, debruce sobre a história, veja mais uma lenda. Você verá um rei. Sim, um rei. D. Manuel. Segundo a lenda, ele visitou essas paragens excursionando pelo Rio Doce, detendo-se um pouco em Figueira. Ele o atravessa e vai ao sopé do Ibituruna, pois vêm subindo o rio os temíveis Aimorés, em suas incursões costumeiras, entre o Suaçuí Grande e o Rio Corrente, zona dominada pelos Botocudos. Dizem que é essa a origem do nome de Porto de D. Manuel, dado ao porto de Figueira dos Botocudos. Você sorri, e balança a cabeça? Julga inverossímil? Apesar de inverossímil, essa história de D. Manuel e dada por verdadeira por José de Serra Lima, Rodrigues da Silva e João Gonçalves.

O certo é meu amigo, que, em 1882, ligando Aimorés a Naque, por via fluvial, havia dois portos, sendo o principal, Porto de D. Manuel, que mais tarde passou a se chamar Porto das Canoas e Santo Antônio do Porto de Figueira. Esses nomes prevaleceram até 23 de setembro de 1884. O Porto das Canoas (de cima) passou a ser chamado Porto das Carroças. Era o início da Rua Quintiliano Bocaiúva. Aí havia uma árvore lendária, uma figueira. Antes Figueira do Rio Doce teve seu início no Distrito de Paz, sob o nome de Baguary (até 06.nov.1882), nome indígena que significava “o vago”, “o que anda pausado”. Na verdade, esse nome é devido ao Figueirinha que é moroso e que deságua nas imediações do Porto de Figueira.

Em 23.set.1888, a Lei Provincial confirmada pela Lei estadual de 14.set.1889 criou o Distrito de Santo Antônio do Bonsucesso ou Santo Antônio da Figueira, município de Peçanha.



Margem do rio Doce/Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares



Rio Doce (proximidades do SAAE)/Google Maps (2022)



Margem do rio Doce/Diário do Rio Doce (2019)

Na cronologia proposta pela autora a plasticidade temporal nos permite avançar e retroceder no tempo. A narrativa postula um narrador que se posiciona como observador do desenrolar da história e como controlador do ritmo do tempo. É ele, o narrador (no caso a autora, a senhora Ruth Soares) quem escolhe os eventos a serem encadeados e o ritmo dos acontecimentos, envolvendo cada personagem que executará uma dada performance tanto na história quanto na lenda que fornecem os elementos que constituem a identidade e a memória da Figueira. O ponto de destaque é dado primeiro a Fernandes Tourinho, atraído pelo Pico da Ibituruna. O rio, a floresta e o pico foram destacados na narrativa. A lenda de D. Manuel, referida anteriormente, foi relatada de maneira mais sintética que nos memorialistas anteriores e traz uma continuidade entre um passado imemorial e o Porto de D. Manuel, situado na antiga Figueira.

A quarta narrativa é a de José Raimundo Fonseca, publicada em 1985 (Quadro 4). Ela começa com uma espécie de síntese e, depois, segue de forma bem detalhada nas páginas subsequentes.

## Quadro 4

também de figueiras. Da figueira frondosa e acolhedora que abrigou colonial expedição sequiosa pela descoberta de minas de ouro e de pedras preciosas. E por desvendar os segredos da região e do rio que sulcava. E que era o Doce, em cuja margem quedava a figueira hospitaleira.

Bendisse então o bandeirante a pousada acolhedora e, sob a égide da Ibituruna, intitulou-a “Figueira do rio Doce”. E assim caracterizou o local de apoio para retorno ou remissivas referências, como era usual nas notas ou registros das “bandeiras”.

Essa a primeira versão por nós ouvida, tenra idade, acerca da nossa terra e sua denominação mais característica.

Versões outras indicam nomenclaturas diversificadas do arraial figueirense, das mais próximas à mais remotas, desde Porto de D. Manuel, Porto da Figueira do Rio Doce, Santo Antônio de Bom Sucesso, Porto da Figueira dos Botocudos, Santo Antônio da Figueira, Figueira do Rio Doce e Figueira.

É verdade histórica que os expedicionários desbravadores que primeiro penetraram na bacia do Doce foram Sebastião Fernandes Tourinho,

Aqui começou a Figueira, na cachoeira de baixo e no antigo Porto das Canoas. De onde surgiu a rua que se tornou a “de baixo”, à direita de cujo casario foi levantada a original capelinha pelos capuchinhos da catequese indígena sediada em Itambacury.

No terreno arenoso da rua se vêm as palmeiras ao vento. Era o sopé que cobria os fogos [moradias] de pau a pique e taipa. E onde em 1810 foi instalado o quartel militar a que foi dado o nome de D. Manoel. O porto assimilou-lhe a realeza que não resistiu à tradição da figueira, também madeira de lei, então nativa na ilha que o usucapião transformou na “dos Araújos”.

A rua de baixo ligou as duas cachoeiras de que a estação ferroviária se tornou o centro. Cachoeiras cujos xuás-xuás ninavam a infância figueirense para o seu sono sonhador; e a despertavam para a vida linda de viver.

(...)

No princípio era a mata. E a mata era virgem. E se revestia de perobas, cedros, braúnas e jacarandás milenares. Como de várias outras roupagens de policromia silvestre. E

que cumprindo missão iniciada em Porto Seguro em 1572, bem mais tarde veio a subir o rio Doce até o rio Araceci – ou Suaçuí Grande – por este entrando em canoas rumo nascente-norte até à serra fria ou Serro, desbravando região que no limiar do século XVIII viria sediar as minerações de Santa Maria do Suaçuí e Peçanha; e Marcos de Azevedo Coutinho que também subiu o Doce e atingiu o rio Coaraceri Mirim ou Suaçuí Pequeno entre 1596 a 1614.

Esta última fase ou etapa indica mais incisivamente o acesso ao local. O apelido do porto de D. Manuel surgiu em 1810.

Todavia, como historieta de ficção, qualquer desses desbravadores, pela beleza do rio, da serra e da terra, sentir-se-ia impelido a cultuar e perpetuar ali a memória ancestral e imperial realeza de D. Manuel I, o Venturoso, o monarca português que em 1500 incentivou os intrépidos navegadores lusitanos às conquistas ultramarinas. E com eles a missão Cabral, na descoberta do Brasil.

A única visita monárquica feita ao baixo rio Doce foi a de D. Pedro II, em 1860, quando se deteve ele em Linhares. Isto talvez deu origem à conhecida lenda de uma incursão imperial recreativa rio acima, fato que historicamente não ocorreu.

(...) Relatou o alferes que existia na Figueira, à margem esquerda do rio,

e frente à Serra Boturuna, um quartel denominado D. Manuel com um cadete e cinco soldados que ali fora instalado havia 12 ou 14 anos.

Desse quartel, instalado por Carta Régia de 10-08-1810 ao governador do Espírito Santo, é que surgiu a popularização do



Margem do rio Doce/Diário do Rio Doce (2019)

nome de Porto de D. Manuel para o ancoradouro canoieiro da Figueira que era protegido pelo dito quartel.

A narrativa de José Raimundo Fonseca (1986?, p. 77), em sua síntese inicial, aponta o início da cidade em dois pontos: na cachoeira de baixo e no antigo Porto das Canoas. Este porto aparece localizado pelo autor nas proximidades da Rua de Baixo, hoje denominada Prudente de Moraes, distinguindo-se da narrativa da senhora Ruth Soares (Figuras 2 e 3).

À esquerda Figura 2 - Localização do Marco Zero na perspectiva de Ruth Soares.

Fonte: Google Maps (modificado pela autora)

Abaixo Figura 3 - Localização dos dois pontos iniciais da cidade, na perspectiva de José Raimundo Fonseca.

Fonte: Google Maps (modificado pela autora)



Margem do rio Doce (bairro São Tarcísio)/Google Maps(2022)



Margem do rio Doce (proximidades do SAAE e bairro São Tarcísio)/Google Maps (2022)

Entretanto, há uma descrição de um morador antigo de Figueira, Otaviano Fabri, considerado pelos memorialistas locais como um pioneiro. Ele nos coloca uma pista interessante para pensarmos a divergência descrita acima. Segundo Fabri, as canoas que faziam o comércio de mercadorias circular pelo rio Doce, em fins do século XIX e início do XX, ao se aproximarem das cachoeiras eram puxadas por carro de boi em terra até o ponto do rio se tornar novamente navegável (SOARES, 1983?, p. 26; NETTO, 1999, p. 172). A história foi ouvida quando ele era ainda criança, em 1907. A narrativa começa com o relato de sua chegada ao distrito de Figueira, lembrando vários nomes que já circulavam no local, dentre os quais "(...) Zé e Pedro de Almeida. Esses dois últimos tinham uma tarefa muito importante. Faziam o transporte das canoas que vinham do Porto da Pedra do Sr. José Pascoal carreando café. Aqui, as canoas eram atravessadas com roletas, por causa das cachoeiras. A mercadoria não era retirada da canoa. Chegando aqui por meio de roletas, usando bois, atravessavam por terra até pegar o rio navegável novamente. Seguiam para Barra de Linhares.(...)" (SOARES, 1983?, p. 26). Esse procedimento nos leva a inferir que possivelmente o Porto D. Manuel que mais tarde se tornaria o Porto das Canoas compunha-se de duas partes, especialmente no período da seca, quando as pedras ficavam mais expostas dificultando o

trânsito das canoas e das mercadorias. Ou seja, trata-se de um porto com entrada/saída onde o antigo povoado teria iniciado (FERREIRA FILHO, 2011, p. 70).

Na segunda parte da narrativa de Fonseca surgem os elementos contextuais do momento inicial da antiga Figueira: a mata, as madeiras milenares, a figueira frondosa que deu nome ao pequeno distrito, o pico e o rio. Especialmente a figueira é tomada como referência central para o nome do lugarejo. Os personagens citados que marcam a história da antiga Figueira são os desbravadores: Sebastião Fernandes Tourinho e Marcos de Azevedo Coutinho.

Para a lenda em torno do nome do porto de D. Manuel, Fonseca busca desvendá-la, localizando-a temporal e contextualmente. O porto teria recebido essa denominação no início do século XIX, mantendo o nome dado ao quartel instalado na virada do século XVIII para o XIX e a lenda de um monarca no rio Doce teria ocorrido devido à visita de D. Pedro II em Linhares, nos anos 1860. O quartel e seu ancoradouro ajudaram na formação do lugarejo que mais tarde se tornaria Figueira.

De qualquer modo, Fonseca desenvolve uma narrativa com espaços e tempos mais definidos. O contexto apresentado entrelaça o ambiente, os desbravadores e o quartel com seu ancoradouro. Há uma tentativa de compreender a lenda de D. Manuel.

A quinta memorialista, Maria Cinira dos Santos Netto, ao descrever sobre as primeiras denominações também elabora uma narrativa sobre o momento inicial do povoado que, mais tarde, se tornaria o município de Governador Valadares.

Após fazer uma referência mais técnica sobre o surgimento do povoado e a legislação pertinente que revela o devido reconhecimento de sua existência por parte do governo colonial, a autora fala sobre a lenda de D. Manuel, dedicando-lhe um capítulo específico (Quadro 5).

A uma região de pradarias cobertas de matas virgens, situada à margem esquerda do rio Doce, denominaram-se "Figueira do Rio Doce". Denominação dada pelos viajantes que por aqui passavam.

A pradaria era área nativa de figueiras silvestres, árvores frondosa que serviam de local de descanso para os canoeiros que desciam os rios com suas mercadorias em direção ao Espírito Santo.

Sem nenhum registro oficial, passaram a denominar aquele pequeno povoado de "Porto das Canoas"; oficialmente, jamais recebeu essa denominação.

(...)

As denominações de Governador Valadares foram:

Figueira do Rio Doce – nome não oficial dado pelos viajantes;

Porto das Canoas – nome não oficial dado pelos canoeiros viajantes;

Porto de D. Manuel – nome dado pela população que vivia no arraial;

Distrito de Paz de Baguary – Lei 3077 de 1882;

Freguesia de Figueira – Lei 3198 de 1884;

Vila de Santo Antônio de Figueira – 1884 – Lei nunca publicada, referendada pelas autoridades competentes;

Distrito de Figueira – 07 de setembro de 1923;

Município de Figueira – Decreto nº 32 de 31 de dezembro de 1937;

Governador Valadares – Decreto-Lei 148 de 17 de dezembro de 1938.

## Quadro 5

O rio era caudaloso, muitas cachoeiras compunham os ciclos das águas, matas fechadas com veriegadas [variadas] espécies vegetais, animais e pássaros de várias plumagens que aí viviam, macacos pululavam nas árvores usando os cipós de imbira como meio de se locomoverem, antas e quatis tinham na mata o seu habitat natural: assim era a margem do Rio Doce no início do século XIX.

Antes, em 1572, uma expedição desbravadora penetrou na bacia do Rio Doce sob as ordens de Sebastião Fernandes Tourinho, que partiu de Porto Seguro (BA), subindo em direção ao rio Suaçuí Grande. Ia em canoas rumo nascente norte até o Serro, desbravando áreas que, no século XVIII, sediariam minerações de Santa Maria do Suaçuí e Peçanha.

Marcos de Azevedo Coutinho também subiu o Rio Doce e atingiu o Suaçuí Pequeno entre 1596 e 1614.

Um dia, os poucos habitantes que aqui viviam, mamelucos, degra-

dados, escravos fugidos, ficaram fascinados com a riqueza do comboio de canoas que descia o rio em direção ao mar.

A frota era grande, formada de umas setenta canoas, todas possuíam toldos, talvez feitos de lona, brim ou baeta, sustentados sobre uma armação de madeira; tinham também mosquiteiros para proteger a tripulação da picada de insetos. Remavam de pé, como os índios, e o proeiro, a figura mais importante do comboio (responsável pela chave do caixão de carnes salgadas) comandava e governava a proa, batendo com o calcanhar no chão, marcando o compasso dos remadores.

A população concentrava-se à margem do rio, o ar da manhã ainda estava frio, uma ligeira névoa pairava sobre as águas caudalosas. Era um espetáculo digno de ser visto; os que ali estavam gritavam deslumbrados: “é o rei Dom Manuel!

Dom Manuel em pessoa veio vistoriar as terras descobertas” e por isso, os moradores denominaram aquele arraial de “Porto de Dom Manuel”. Era 1810.

Oficialmente, Governador Valadares nunca recebeu a denominação de Porto de Dom Manuel.

Conta-nos o alferes Francisco de Paula Mascarenhas que, em 1832, por ordem do presidente da província de Minas Gerais, Manuel Inácio de Melo e Souza, o alferes fazia inspeção no Rio Doce e que em Figueira encontrou à margem esquerda do rio, um quartel militar denominado Dom Manuel. Teria sido instalado em 1827; contava com um cadete e cinco soldados.

Desse quartel, instalado por Carta-Régia de 10/08/1810, é que surgiu a denominação popular de Porto de Dom Manuel, para o ancoradouro dos soldados aí destacados.

Historicamente, a única visita real que o Rio Doce recebeu, foi em 1860, quando o imperador Dom Pedro II desceu rio abaixo e deteve-se em Linhares. (...)



Canoa com cortejo/Instituto Hercules Florence

A narrativa de Maria Cinira Netto revela a força da natureza e os desbravadores. A lenda de D. Manuel surge sem tempo-espaço, num dia em algum lugar do rio a população ribeirinha é tomada de fascínio por um comboio de canoas que passava pelo rio. Há uma quebra na cronologia para inserir a lenda. O evento de destaque é a passagem e o rebuscamento da comitiva que destoa em relação ao ambiente selvagem. A autora configura em sua narrativa um espaço tridimensional compondo uma situação inusitada, na qual a população observa e comenta a passagem do que achavam ser a comitiva de D. Manuel. Não se faz uma inferência clara que esse evento teria nomeado o porto local. O elemento de continuidade temporal é o quartel denominado, desde sua fundação em 1827, como D. Manuel.

A ciência de um modo geral e a historiografia em especial consideram que nem tudo da experiência humana pode ser enquadrado no modelo positivista onde os objetos e os documentos são neutros. Esta questão nem é nova, como vimos acima com Giambattista Vico. O próprio Isaac Newton, matemático e astrônomo rígido, nunca

deixou de cultivar a alquimia, coisa que o Museu Britânico buscou esconder a sete chaves (CORREA DE MORAES, 1997). Por isso, se a história existe sempre na forma de uma memória, o grande desafio é narrar as experiências vividas entre-cortadas por fantasias, emoções etc. A memória é sempre uma criação que pode trazer junto com a narrativa os elementos que em psicologia se chama de confabulação.

Essa é um processo de “preenchimento” de informações nos “espaços temporais” vazios.

O grande desafio aqui nem é tanto admitir que nem tudo seja classificável como objeto de história, mas sim, qual seria a linguagem adequada para se contar a história não contada, não oficial, mas que nem por isso deixa de ser importante. A historiografia contemporânea se

deu conta disto ao “descobrir” que ao longo da sua história muitas pessoas, fenômenos e mesmo países, foram simplesmente apagados da memória; não eram objeto que mereciam atenção. Um exemplo clássico é que os nomes dos generais que venceram as batalhas aparecem nos monumentos, já os soldados que morreram

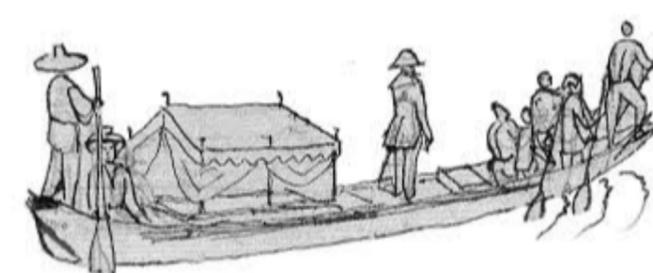
**A ciência de um modo geral e a historiografia em especial consideram que nem tudo da experiência humana pode ser enquadrado no modelo positivista onde os objetos e os documentos são neutros.**

aparecem anônimos do monumento ao soldado desconhecido.

Um aspecto que merece a atenção é a questão do porto. Um rio sem porto se torna quase um não-lugar, ou seja, lugar apenas de passagem, sem constituir um significado. Os portos asseguram uma articulação de um rio que deixa de ser apenas natureza para ser uma paisagem, transformado e apropriado pelo ser humano. Talvez, com algum exagero, podemos dizer que a história das grandes civilizações dependeu de rios e de seus portos: Egito, Babilônia, Índia, China, Roma, Paris, Londres etc. Quando se olha para o “Marco Zero”, independentemente de onde ele tenha estado efetivamente, ele é um lugar “ponte”. Foi ali – num lugar só ou em dois lugares – naquele lugar mágico o espaço em que o rio passou a ser humanizado; o rio passou a valer não só em termos estéticos (concorrendo com a Ibituruna), mas também em termos práticos. Se porto, o rio é uma imagem, nem chega a ser uma paisagem. O porto, portanto, é um lugar mágico e transformador, como o são as encruzilhadas para as estradas.

Neste sentido, os memorialistas buscaram encontrar e acolher mais que um simples lugar de ancoragem, de abordagem, um lugar de contato, de encontro, de trocas e de “câmbios”. Por isso, o valor simbólico do nome não é à toa; a escolha da figueira – e a árvore ao longo da história foi em muitos lugares um símbolo forte, uma vez que é viva e ao mesmo tempo está sempre naquele lugar; nós passamos, ela permanece – foi um elemento importante e se manteve. E os memorialistas não deixaram de colocar sob suas galhadas cenas de trocas, de encontros, de convivência e de descobertas.

Dentro do espírito confabulatório, não deixa de ser estranho que a cidade não tenha uma praça com o nome de “Figueira” e com um exemplar dela. Este é um modo de promover o “esquecimento” e com isto, justificar uma outra lembrança. Mas não deixa de ser uma negação de experiências do passado com as quais talvez a inteligência dominante não se sintia à vontade, afinal, a história de “Figueira” é a história de sua destruição.



Canoa com cortejo/Instituto Hercules Florence

## b) As Histórias de Figueira

Neste item iremos trazer dois historiadores que pesquisaram sobre Governador Valadares e se dedicaram ao início do povoamento do lugar. Os demais trabalhos dedicados à história de Governador Valadares não serão considerados neste item pelo fato de partirem de uma cronologia posterior ao momento inicial de ocupação e configuração do territorial da antiga Figueira.

Lana Siman, em sua dissertação de mestrado, começa sua narrativa sobre a antiga Figueira, pautada em ampla documentação oficial, localizando-a a princípio numa “zona proibida”, guardada pelos indígenas que habitavam toda a região. O início da ocupação ocorreu com a instalação do quartel de D. Manuel, por Marlière, em 1823, na margem esquerda do rio Doce, frontal ao Pico da Ibituruna. Denominação que teria sido dada em homenagem ao então Presidente de Província D. Manuel de Portugal e Castro. “A poucos metros abaixo desse ponto, as águas descem para uma cachoeira, correndo com grande velocidade entre pedras e redemoinhos. Os navegantes deviam levar, por terra, as canoas e as mercadorias, retornando ao rio abaixo das cachoeiras” (SIMAN, 1988, p. 38).



Porto com Piroga/CEDAC

Sobre o povoamento inicial, encontramos indicações descritas no Quadro 6. Nesta narrativa histórica não há espaço para aspectos lendários do início da formação territorial da antiga Figueira. Há um trata-

mento cuidadoso da bibliografia do tema, o uso de documentos oficiais e testemunhos que vivenciaram ou ouviram histórias sobre Figueira. A cronologia é precisa, hierarquizando e organizando a memória local. O encadeamento dos eventos se dá pela instalação do quartel – pelo prisma econômico – capaz de domesticar a natureza e pacificar os nativos locais. É pelo controle da violência – seja por parte da natureza exuberante e perigosa seja dos nativos ou das endemias existentes –, e pela importância econômica que Figueira se constitui enquanto povoamento e, nesse sentido, destaca-se o papel do seu pequeno porto, onde ancoravam as canoas que circulavam as mercadorias pelo rio Doce. Porto que, gradativamente, foi sendo apropriado pelos comerciantes mais abastados da localidade. O porto passou a ter dono e aos poucos o comércio mais espontâneo tornou-se organizado entre firmas. É esse encadeamento de evento que transforma o sertão bárbaro em um distrito promissor que irradiava ares de modernidade, progresso e civilização na região. A trama histórica envolve o ambiente (o rio, a floresta e o pico), a presença do Estado monárquico (quartel), um mercado consumidor (povoamento esparsos ao longo do rio Doce) e os nativos de diversas etnias. É pela extinção ou pacificação desses últimos que o Estado promove o desenvolvimento da região, constituído a partir do rio.

## Quadro 6

(...) Porto, e não mais quartel – este é o lugar onde se vem desenvolvendo o pequeno povoamento, à margem esquerda do Rio Doce. O rio, parcialmente navegável desse ponto até o mar, funcionou como um posto avançado, possibilitando a comunicação da bacia do Rio Doce, no seu caudal médio, com o litoral. Peçanha, núcleo central dessa região, integrará o Porto ao seu domínio. O Porto da Figueira, com o nome de Santo Antônio da Figueira, foi elevado à categoria de Distrito (Lei Provincial nº 3.198, de 1884), subordinado ao Município Peçanha.

A pacificação dos naquenenuques, no final do século XIX e início do século atual (!), é atribuída à ação do destacamento de Baguari. Por essa época, segundo alguns registros, a ação militar esteve sempre associada à ação catequético-assistencial dirigida pelo mameluco Cabo Máximo de Oliveira e por João Coelho. Essas pessoas são vistas como os principais responsáveis pela fixação do homem branco no povoado de Figueira ao Rio Doce (AMARAL, 1956; SIMAN, 1988, p. 39).

(...) A imagem projetada pelo dominante a respeito da região, durante todo o século XIX, é de um sertão bárbaro: índios que devoram gente, febre que dizima, lugar de degredo, refúgio de criminosos. Derrotados os índios, qual a nova imagem a ser projetada? As imagens da devastação

e da derrota dos indígenas estarão “amparadas” pelo progresso e civilização da região (ALMEIDA 1959; SIMAN, 1988, p. 41).

Porto da Figueira do Rio Doce: assim era conhecido o arraial, que não passava de um amontoado de casas à margem esquerda do rio, em frente ao Pico do Ibituruna. Peçanha, ao integrar o Porto de Figueira ao seu domínio, iniciava um tênue circuito comercial entre os sertões do Leste, o litoral e o Centro-Sul desenvolvido.

Ali eles faziam a troca. Vinha mercadoria de Peçanha, Santa Maria, Virginópolis, Guanhães. Vinha tropa... toucinho salgado, feijão, milho, carne salgada. Eles levavam lá no porto e eles trocavam por sal, querosene, bacalhau, carne de porco, queijo, doce de goiaba. Ali eles adquiriam o fósforo, que era coisa rara no interior, o bacalhau, o sal, o querosene. Essas mercadorias vinham do Rio de Janeiro para Vitória, de Vitória subia o Rio Doce acima, de canoa (Geraldo Bento, mestre de obras, 70 anos; SIMAN, 1988, p. 44).

As canoas subiam o rio desde Linhares, no Espírito Santo, até o Porto da Figueira e até mais acima, no Porto de Pedra, na confluência dos rios Doce e Santo Antônio.

Em Figueira, dava-se o encontro das tropas com as canoas. Era o local e o momento da troca dos excedentes da região pelos produtos industrializados vindos do litoral.

Assim, a produção excedente do Noroeste da bacia do Rio Doce descia o rio em direção ao litoral do Espírito Santo. Os canoeiros, na viagem de volta à Figueira, traziam o sal e produtos industrializados necessários à economia da região.

O percurso acidentado do rio desafiava a força e a habilidade dos canoeiros. De Linhares, no Espírito Santo, ao Porto de Pedra, várias são as cachoeiras: a de Escadinhas, Figueira, Baguari e Escura.

Nenhum canoeiro parece escapar aos mistérios que envolvem o rio. Lendas e casos de assombrações povoam o imaginário dos navegantes: representações dos perigos e dos reveses que experimentavam, ao percorrerem o rio (SIMAN, 1988, p. 45).

Povoamentos como Natividade (hoje, Aimorés) e Figueira se desenvolveram porque se tornaram parada obrigatória para os que subiam e desciam o rio e, por essa razão, foram-se destacando do restante da região, como clareiras na mata.

Nas cachoeiras, o povo automaticamente foi abrindo postos, tendo animais para transportar mercadorias de cima da cachoeira para baixo ou de baixo para cima. Mas eles foram povoando de gente ali para ter essa questão de facilidade. (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos) (SIMAN, 1988, p. 46).

O Porto tinha dono. Os canoeiros independentes, donos de sua força de trabalho, iam-se tornando empregados dos donos do Porto. Os produtos em circulação ganhavam um lugar de estocagem. A comercialização não digerida dos excedentes era substituída pela encomenda da mercadoria. A relação entre produtores

e comerciantes ia sendo substituída pela relação entre firmas e organizações.

E a estrada de ferro vinha chegando... vinha chegando, inaugurando um novo tempo. Figueira vivia a expectativa de transformação de Porto de Canoas em Estação de uma estrada de ferro (SIMAN, 1988, p.47).



Canos no rio/Foto Luana Soutos (2016)

Outro historiador que constitui uma narrativa sobre o momento inicial da formação territorial da antiga Figueira é Haruf Espindola. Estaremos considerando apenas trechos que sintetizam esse processo haja vista que toda a obra se volta para o detalhamento do mesmo

(Quadro 7). Sua narrativa histórica parte do caminho das esmeraldas e da subsequente proibição de sua circulação na região ao leste das Minas, incluindo a navegação do rio Doce, como medida protetiva da região de extração aurífera. Cenário que será alterado somente na primeira metade

do século XIX, por decisão governamental, instaurando uma guerra para o extermínio dos nativos locais no intuito de incorporar a floresta como território provincial. O rio é o grande protagonista da ocupação territorial que será empreendida, mas deve compreendido enquanto território que

extrapola a própria calha e torna-se referência simbólica em sua relação com a floresta e seus habitantes. Lugar proibido de riquezas infindáveis para onde eram enviados desbravadores e aventureiros. Sobre as primeiras referências à antiga Figueira temos algumas indicações no Quadro 8.



## Quadro 7

Nos séculos 16 e 17, saindo de Porto Seguro e de Vitória, expedições portuguesas entraram pelo interior do Brasil em busca de uma serra de esmeraldas, supostamente localizada onde se encontra o divisor das bacias dos rios Jequitinhonha, Doce e Mucuri. O caminho das esmeraldas pelo rio Doce acabou sendo abandonado pela alternativa que saía de São Paulo. Com a descoberta do ouro foi proibida a navegação dos rios que desciam para o litoral, impondo-se o monopólio da estrada para o Rio de Janeiro. Dessa forma, os sertões que ficavam a leste dos núcleos urbanos ligados à mineração, em Minas Gerais, tornaram-se “áreas proibidas”. Mas, com o declínio do ouro, a região foi vista como alternativa para a crise.

Entre 1800 e 1845, o acesso ao mercado mundial por meio de um canal fluvial, a incorporação de território de floresta e a guerra aos índios ocuparam espaço significativo na pauta do governo central e dos governos de Minas e do Espírito Santo (ESPINDOLA, 2005, p. 25).

(...) A ocupação ficou na alçada da Secretaria de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros, sob a direção local de uma Junta de Conquista e Civilização dos Índios e da Navegação

do Rio Doce, e o teatro de operações foi conduzido por tropas irregulares denominadas “divisão militar do rio Doce”. Destaca-se o período, entre 1818 e 1829, em que o comando ficou a cargo do francês Guido Thomaz Marlière. Os principais grupos indígenas eram o Botocudo e o Puri, mas foi contra o primeiro que se moveu a guerra ofensiva, decretada em 13 de maio de 1808.

Rio Doce é uma categoria central para a história de Minas Gerais, pois, muito mais do que um rio, é território, paisagem, lugar, representação. Como dimensão territorial extravasou os limites da calha do rio, do vale, da bacia hidrográfica, abarcando os vales dos rios Pomba, São Mateus, Mucuri e do médio Jequitinhonha. Desde o início da colonização do Brasil, o rio Doce tem esse nome que não é indígena e nem nome de santo. Foi visitado por várias expedições que procuraram o “campo das esmeraldas”, “serra das esmeraldas”, “serra resplandecente”, “esmeralda dos Mares Verdes”, entre outras designações para um lugar imaginado contendo riquezas em pedras preciosas.

Por ele penetraram aventureiros atrás do ouro, caçadores de índios, escravos fugitivos, criminosos, contrabandistas. Ele atraiu a atenção de

naturalistas estrangeiros, como Saint-Hilaire (1818), Maximiliano von Wied-Neuwied (1815-1817), Frederico von Sellow (1830), Wernann Burmcister (1851), entre outros. Foi alvo de missões oficiais, como a dos governadores de Minas Antônio Noronha (1779) e D. Rodrigo José de Menezes (1781), do tenente-coronel João Pedro de Almeida (1800), do governador do Espírito Santo Antônio Pires da Silva Pontes (1800), do coronel Francisco Rubim (1812), do coronel Ignácio Carneiro (1814), do alferes Francisco de Paula Mascarenhas (1832), dos engenheiros Luiz D’Alincourt (1833) e Victor Renault (1836), entre outros (...) (ESPINDOLA, 2005, p. 26).

Construiu-se um espaço de referências simbólicas que, antes de ser real, foi lugar imaginário de riquezas, território onde não se podia penetrar, mas mandava-se que entrassem; onde não se podia explorar ouro, mas ordenava-se que o descobrissem; terra de índios antropófagos, mas onde nunca se viu indício de canibalismo; campos de esmeraldas, mas onde não existia jazida e nem campo. Os sinais de ouro amplamente distribuídos no território, porém nada além de sinais, reforçaram um jogo incitante para a imaginação: existe/não existe, presente/ausente. Descoberto/encoberto, real/irreal. A existência da floresta tropical desempenhava importante papel nesse jogo,

pois se ela encobria as riquezas em ouro e pedras preciosas também guardava em suas sombras perigos medonhos e forças malignas: canibais, febres e cachoeiras traiçoeiras. Todos esses elementos paisagísticos estão associados ao rio Doce (ESPINDOLA, 2005, p.27).



O Rio Doce em 1815/Gravura do príncipe Maximilian Alexander Philipp Wied-Neuwied - Fundação Biblioteca Nacional

## Quadro 8

Os primeiros Naknenuck, botocudos que dominavam a margem norte do rio Doce, estabeleceram-se junto ao quartel central do Naque, da 1ª DMRD, próximo à foz do rio Santo Antônio, em 1823, ficando até o ano seguinte, participando dos afazeres dos soldados. (...) As plantações junto ao quartel de Dom Manoel, da 6ª DMRD, também eram frequentadas por tribos dessa nação, que acampavam junto à guarnição, ajudavam os soldados na preparação das roças e se ocupavam de suas atividades próprias (ESPINDOLA, 2000, p. 111).

(...) Em 1825, Norberto Roiz, sargento intérprete da 2ª DMRD foi enviado para a 5ª DMRD [Peçanha]. Lá chegando, embrenhou-se pela mata, ficando três meses sem que se tivesse qualquer notícia dele. Apareceu na 7ª DMRD [Jequitinhonha], acompanhado de um grupo Naknenuck. Retornou à 5ª DMRD, porém, desertou levando os índios consigo. Em julho de 1827, entrou com seus índios em Minas Novas. Partiu em direção ao rio Doce até atingir a cachoeira da Figueira, onde seus índios lutaram com a tribo acampada próximo ao quartel de Dom Manoel, matando duas mulheres e um homem. Atravessou o rio e, depois de passar por Cuieté, seguindo a trilha dos Nakrehê, encontrou com botocudos “peuruns” e com famílias desconhecidas,

no sítio de Bananal Grande (ESPINDOLA, 2000, p. 112, nota 247).

(...) Chuvas abundantes impedem que se façam queimadas, há escassez geral de víveres nos quartéis das divisões, exceto no de Figueira, onde falta chuva e o sol impede a roça de brotar (ESPINDOLA, 2000, p. 147, nota 351).

Vários recursos eram utilizados para garantir a disciplina entre eles os castigos físicos, tais como a surra de vara ou de cipó e o tronco, no qual o praça culpado ficava amarrado por um número de horas ou dias, como se usava com os escravos. A situação mais delicada era na 6ª DMRD, “composta pela maior parte de degredados, condenados pelos tribunais à deportação naqueles sítios, e que o número dos bons não chegava para os conter [os demais] na devida subordinação e evitar as deserções”. Para os quartéis de Cuieté, Lorena e Dom Manoel iam os refugos da sociedade e das divisões, vadios e criminosos, degredados por diversas razões, índios rebeldes, desertores que fracassaram na fuga, praças indisciplinados ou que cometeram crimes, assassinos e ladrões de toda espécie (ESPINDOLA, 2000, p. 148).

(...) A Primeira Companhia de Caçadores de Montanha, com sede no quartel do Porto de Canoas, controlava os seguintes destacamentos: Cachoeira

Escura, Cachoeira do Baguari, Dom Manoel (Porto da Figueira), Barra do Cuieté, Presídio do Cuieté, Sacramento, Itambacuri e Casca. A área abrangida correspondia às linhas divisórias da 1ª e da 2ª DMRD e parte da 3ª e da 4ª DMRD (ESPINDOLA, 2000, p.177).

Da barra do rio Suaçuí até a cachoeira de Baguari também seriam gastos um dia e meio, podendo a navegação ser franca, sem dificuldades ou barreiras, exceto a passagem da Figueira, mas esse pequeno obstáculo seria facilmente removido, bastando que se quebrassem duas pedras. Mesmo sem executar esse serviço, dez canoas poderiam passar em meia hora. Saint-Hilaire mencionou Figueira como as corredeiras de Ibituruna, dizendo que elas não interrompem os canoeiros no tempo das cheias, mas que nas secas colocariam alguns obstáculos (ESPINDOLA, 2000, p. 241).

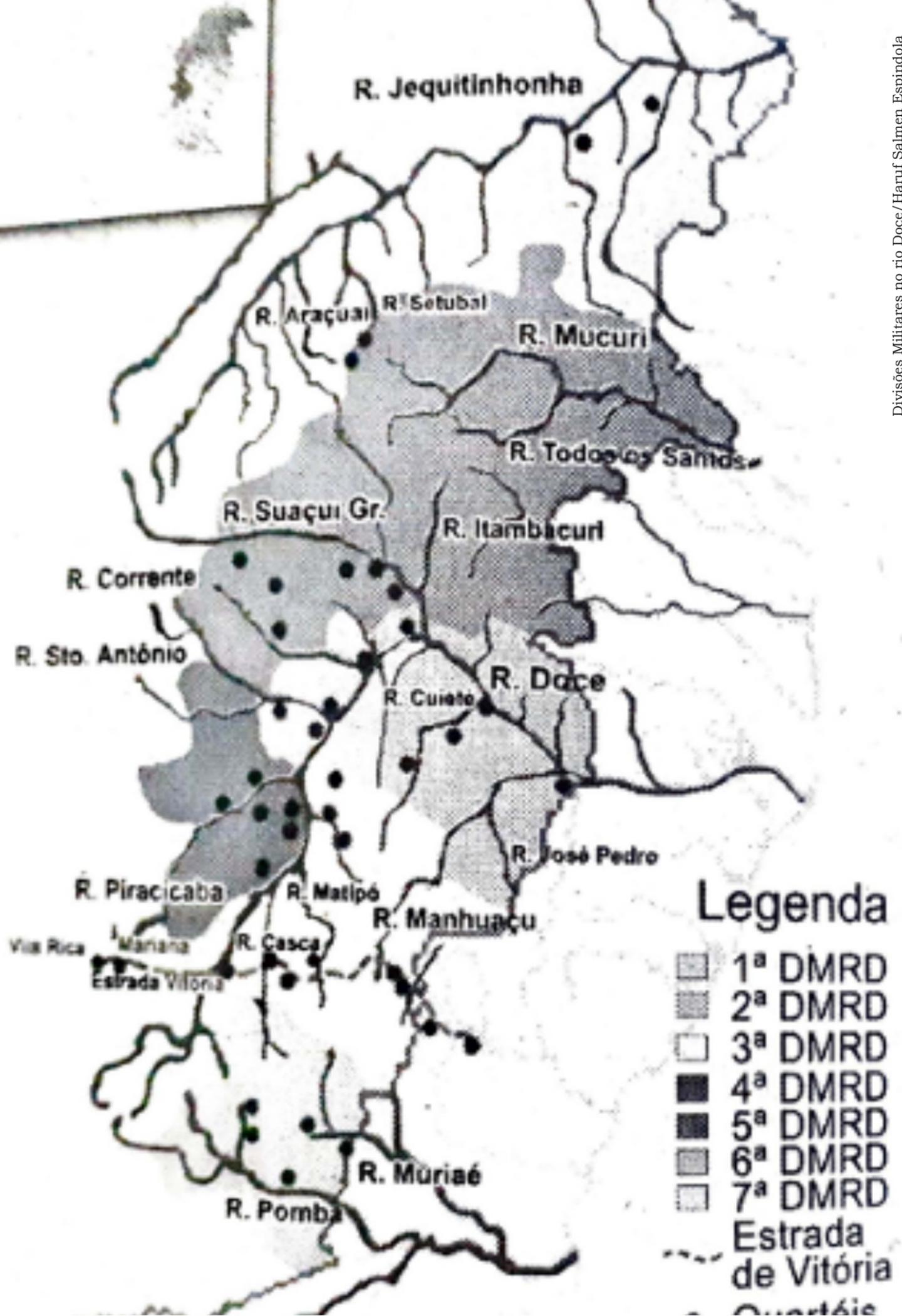
A Junta Militar determinou que a 6ª DMRD estabelecesse um quartel junto à cachoeira da Figueira, cerca de três léguas depois do quartel de Baguari, um na barra do rio Cuieté e outro na divisa com o Espírito Santo, na barra do rio Manhuaçu, subordinados ao quartel-geral do presídio do Cuieté. O objetivo do novo posicionamento das divisões foi apoiar a navegação fluvial, auxiliando na transposição das cachoeiras, patrulhando as margens de um a outro quartel e socorrendo os canoeiros. As patrulhas militares deviam vigiar regularmente o rio e afluentes, desembarcar e explorar

as matas vizinhas às margens, localizar os pontos frequentados pelos índios, apoderar-se desses locais e dar perseguição aos grupos indígenas que encontrasse. (...) O quartel de Baguari patrulharia o curso do rio até o quartel da cachoeira Escura e, a jusante, até o primeiro quartel da 6ª DMRD, abaixo da barra do



Divisões Militares no rio Doce/Haruf Salmen  
Espindola

Suaçuí Pequeno, na cachoeira de Figueira.



Elas aparecem inicialmente vinculadas à existência do Quartel D. Manoel, da 6ª Divisão Militar do Rio Doce, estabelecido nas proximidades da cachoeira de Figueira.

Seja por meio das narrativas de tempos imemoriais, seja por meio indiciário documental como apontaram os historiadores, a história do povoado que acabou se tornando Figueira e, depois, Governador Valadares entrecruzam linguagens que num primeiro momento se distanciam. Seria quase colocar lado a lado a lenda e o documento como contrapontos. São duas 'histórias' que acabam correndo em paralelo, sem pontos de contato. Entretanto, não se trata de uma disputa, nem mesmo de uma escolha excludente.

Contar a história é sempre ter que decidir por pelo menos dois aspectos: o que vai ser contado (e o que não vai ser) e um segundo aspecto, qual a "linha do tempo" que vai ser considerada e o que ela contempla (e o que ela não contempla). A busca pelo "Marco Zero" pode ser entendida de um modo mais antropológico – como vimos nos memorialistas – onde o ser humano e suas vicissitudes é considerado como central ou de um modo mais sociológico (econômico) onde os afazeres humanos são o centro da questão. Ambos, direta ou indiretamente, com linguagens diversas iluminam os "começos"; um vai desembocar numa Figueira e o outro no nome de um político que acaba esmaecendo as memórias do antigo

povoado que continuou crescendo. Aos arredores da antiga Figueira e do porto, surgiu, posteriormente um bairro, o São Tarcísio, conforme veremos no próximo capítulo.

#### REFERÊNCIAS

AMARAL, Joaquim Campos do. História de nossa terra. **Revista Acaia-ca**. Governador Valadares, p. 13-15, 1951.

BARTHES, Roland. O discurso da história. Interdisciplinar: BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 163-180.

BUENO, Silveira. **Vocabulário Tupi-guarani – Português**. 7. ed. São Paulo: Vidalivros, 2008.

CORREA DE MORAES, Reginaldo Carmello. Alquimia: Isaac Newton revisitado. **Trams/Form/Ação**. Marília, v. 20, n. 1, online, 1997.

COSTA, Edmar Campelo. **Epopéia de pioneiros**: a história de Governador Valadares. 2. ed. atual. Governador Valadares: Gráfica Cruzeiro, 1977] 2006 [1977].

COSTA, Edmar Campelo. op. cit., p. 216-217.

CRESWELL, **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAMASCENO, Tessa. **25 anos de CTGV**. Uberlândia: Sabe, 1981.

ELLIOTT, Jane. **Using narrative in social research**: qualitative and quantitative approach. London: Sage Publications, 2005.

ESPINDOLA, Haruf S. O Sertão do Rio Doce. **Navegação Fluvial e incorpo-**

**ração do território de Floresta tropical por Minas Gerais. 1800-1845.** 361f. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares. **Vária História.** Belo Horizonte, v. 19, p. 148-63, nov. 1998.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Associação Comercial:** sessenta anos de história. Governador Valadares: ACGV, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Populações nativas do rio Doce. **Arkeos:** Perspectivas em Diálogo, Tomar (Portugal), n. 16, p. 153-170, 2006.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do rio Doce.** Bauru: Edusc, 2005.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; ABREU, Jean Luiz Neves (Org.). **Território, sociedade e modernização:** abordagens interdisciplinares. Governador Valadares: UNIVALE, 2010.

FERREIRA FILHO, José Bispo. **Sentidos de um território:** o processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio. 2011. 228f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

FONSECA, José Raymundo. **Figueira do Rio Doce.** Brasil: [s.n.], 1986?.

GAY, Peter. **O estilo na História:** Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros.** Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas,**

**sinais:** Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARGOG, François. Un Presente Perpetuo. **La Nación,** Buenos Aires, 10 out. 2009. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1183005-un-presente-perpetuo>. Acesso em: 05 abr. 2013.

HARTOG, François. **Régimes d’Historicité:** Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

HOBSBAWM, E. J. A volta da narrativa. In: HOBSBOWN, E. J. **Sobre História:** ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 201-206.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução”. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Eds.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HUYSSSEN, Andreas. **En busca del futuro perdido:** cultura y memoria en tiempos de globalización. México: Fondo de Cultura Económica/Goethe Institut, 2002.

NETTO, Maria Cinira dos Santos. **Desbravadores e pioneiros do Porto de Dom Manuel.** A história de Governador Valadares. Governador Valadares: Gráfica Nacional, 1999.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Breve História de Portugal.** Lisboa: Editorial Presença, 2006.

PIMENTA FILHO, Ruy. **No sopé do Ibituruna:** conversa ao pé do fogo. Belo Horizonte: Vega, 1979.

OFICINA DE IDEIAS. **Programa Marco Zero.** Prefeitura Municipal de Governador Valadares, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: UNICAMP, 2007

SANTOS, Parajara dos. **100 anos de fotografias:** história fotográfica de Governador Valadares : Photographic History of Governador Valadares. [Governador Valadares]: [s.n.], 2006.

SANTOS, Parajara dos. **Como o capitão Pedro, homem valente, mamou**

**na onça duas vezes.** Governador Valadares: FUNSEC, 1991.

SILVA, Geraldo Soares da. **A história alegre de Governador Valadares.** Governador Valadares: [s.n.], [20--].

SILVA, Leandro. UNIVALE apresenta projeto Marco Zero na ACE-GV. 28/08/2019. Disponível em: <<https://www.univale.br/univale-apresenta-projeto-marco-zero-na-ace-gv/>> Acesso: em 27 nov. 2019.

SIMAN, Lana Mara Castro. **A história na memória:** Uma contribuição para o ensino da história de cidades. 1988. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

SOARES, Ruth. **Memórias de uma cidade.** Governador Valadares: Tribuna Fiel, [1983?].

SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antonio de Noronha e o Plano secreto para o Cuieté. **Tempo** [online]. 2014, vol. 20 [cited 2019-12-02], p.1-15. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042014000100101&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042014000100101&lng=en&nrm=iso)>. Epub Oct 24, 2014. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2014203615>.

TEIXEIRA, Murilo (Coord.). **Antologia jubileu de ouro:** 50 anos de Gov. Valadares. Governador Valadares: Academia Valadarense de Letras, 1989.

TIM FILHO. **Democrata:** a pantera cor-de-raça. Governador Valadares: Ed. do Autor, 2010.

VAZ, Anita. **Frutos de uma figueira.** Governador Valadares: Gráfica Radiante, 1984.

VICO, Giambattista. **Princípios de (uma) ciência nova.** São Paulo: Abril, [1725] 1984.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas

Vilarino. **Da lata d’água ao SESP:** tensões e constrangimentos de um processo civilizador no Sertão do Rio oce (1942-1960). XXX f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. **Entre lagoas e florestas:** atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942-1960). 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

WHITE, H. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. **Revista de História,** Campinas, n. 2/3, p. 47-89, 1991.



## O bairro São Tarcísio: surgimento, enchentes e o Centro de Convivências

José Bispo Ferreira Filho

Bairro São Tarcísio/Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Governador Valadares (SMCEL). Autor desconhecido, 1974.

# O bairro São Tarcísio: surgimento, enchentes e o Centro de Convivências

Considerando a dinâmica territorial proposta pelo aparato governamental, as terras do “sertão”, conhecidas, no início do século XX como “terras do patrimônio”, irão sofrer transformações ao longo da história da cidade e dos bairros que a constituem. Nas primeiras décadas do século XX elas formavam um semicírculo de 60 alqueires em volta da margem esquerda do rio.

Após a colonização do sertão do rio Doce, o território sofrerá o seu primeiro rearranjo socioespacial. Com o avanço da estrada de ferro Vitória-Minas na primeira década do século passado, a região se vê transformada: as florestas foram destruídas, os índios remanescentes afugentados, e os pequenos lavradores, destituídos dos seus bens. A ocupação das terras devolutas trouxe para esse cenário territorializável a presença de pessoas e, com ela, as relações hierárquicas de poder entre coronéis, posseiros, retirantes, trabalhadores rurais, prostitutas e tropeiros. A ocupação espacial teria se dado, também, como uma consequência destas relações (SIMAN,

1988, p.164). O bairro São Tarcísio seria resultado desta dinâmica. A diferenciação espacial poderia, então, ser considerada como resultado de práticas sociais distintas e, com estas práticas, os territórios se organizariam, também, simbolicamente no que diz respeito a códigos culturais, identidades e significados distintos que participariam, como num todo, da organização socioespacial da cidade.

Nesse sentido, o traçado do centro de Governador Valadares obedeceu a um esforço de racionalidade, regularidade e modernidade, tendo as ruas e quarteirões em formato de grelha, forma análoga à das cidades europeias. Contudo, com a expansão da cidade no sentido do centro para a periferia, crescem também as possibilidades de problemas urbanos: desemprego, violência, habitações desordenadas. O bairro São Tarcísio não escaparia a esta realidade uma vez que é produto do mesmo processo. A diferença é que este bairro estaria mais próximo do centro da cidade do que outros que surgiram a partir de

uma nova lógica geográfica do rearranjo territorial.

Como revés do progresso assegurado pela construção da rodovia Rio-Bahia e da estrada de ferro Vitória-Minas, ocorre o surgimento de “vazios” entre a região central e outros espaços que, na falta de um planejamento, teriam originado subúrbios segregando a população de certos bairros e beneficiando a especulação imobiliária em outros. A dinâmica territorial englobaria, também, os processos culturais de territoriali-

zação. Assim, a identidade imputada a um bairro dependeria de uma identificação, um reconhecimento, tanto por parte de seus moradores como dos não moradores. Esta identidade estaria diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento, a referências simbólicas, e a uma lógica geográfica e processualmente gerada a partir do encadeamento dos fatos (CLAVAL, 1999a, p.38).

Dessa maneira, a sociedade de Governador Valadares não pode ser totalmente caracterizada como tradi-

cionalista e, nem tampouco como modernista, mas, um híbrido destes dois tipos num processo que legou características reacionárias e provincianas à cidade, mas que, ao mesmo tempo, precisamos reconhecer o avanço que a cidade registrou em seus rearranjos territoriais ao longo da primeira metade do século XX.

Neste contexto, interessa-nos expor como teria sido a formação do bairro São Tarcísio e que sentido este território guardaria como marcas do processo de apropriação do sertão do rio Doce e de constituição da cidade de Governador Valadares.

### a) São Tarcísio: história e processo identitário

A identidade imputada a um bairro depende de uma identificação, um reconhecimento, tanto por parte de seus moradores como dos não moradores. Esta identidade estaria diretamente relacionada com o sentimento de pertencimento, a referências simbólicas, e a uma lógica geográfica e processualmente gerada a partir do encadeamento dos fatos que teriam, por sua vez, produzido um espaço comunitário, social e cultural. Como teria sido a formação do bairro São Tarcísio e que sentidos este território guardaria como herança do processo de apropriação do sertão do rio Doce e de constituição da cidade de Governador Valadares? Na foto a

seguir, podemos observar o bairro ribeirinho e a pintura contrastante de suas casas.

O bairro São Tarcísio é territorialmente pequeno em termos espaciais. Podemos destacar dois aspectos: é um bairro ribeirinho e é próximo a algumas das ruas principais da cidade – tais como a Avenida Brasil, a Rua D. Pedro II e a Rua Barão do Rio Branco. Outro detalhe: sua proximidade com a Catedral de Santo Antônio, a igreja mais antiga e tradicional da cidade.

Podemos entender o processo de formação do São Tarcísio em termos multidimensionais na medida em que consideramos as possibilidades de várias formas de apropriação deste território ao colocarmos em tela as complexidades que geralmente envolvem a escala de um recorte espacial como este. Neste sentido, para compreendermos o São Tarcísio, não seria apenas uma, mas várias dimensões ou perspectivas, que estariam inevitavelmente correlacionadas e imbricadas entre si, sugerindo para seu estudo como objeto de pesquisa uma interdisciplinaridade entre diversas áreas do conhecimento. Para fins de interpretação, uma vez que dispomos de um diálogo relacionado com a Geografia Cultural, o viés cultural do bairro guardaria a possibilidade de permitir a busca de compreensão da produção e reprodução simbólica desta escala territorial (WEBER, 1996, p.21). Neste afã, partimos então para a apresentação deste território conside-



Figura 1 – Foto do bairro São Tarcísio (2010)

Fonte: Acervo de José Bispo Ferreira Filho

rando, de antemão, que ele se forma a partir do espaço e é por intermédio deste mesmo espaço que ele se realiza (CLAVAL, 1999a, p.38).

### **a.1) A Formação territorial do São Tarcísio**

Desta maneira, a forma de apropriação do bairro teria produzido uma “descontinuidade” física caracterizadora do território. Mas, ao mesmo tempo, haveria uma “continuidade”, no que diz respeito aos costumes culturais. Com relação ao aspecto físico, temos que o espaço que serviu de matéria-prima para a formação do bairro está situado numa faixa de terra que margeia o Rio Doce. Mesmo antes do início do século XX, abrigava alguns casebres uma vez que se constituía um dos dois portos de trânsito das canoas, conforme já discutido no capítulo anterior. Figueira era o símbolo do Porto: árvore frondosa, centenária, na qual os navegantes do Rio atracavam suas canoas.

O nome mais conhecido do pequeno arraial, constituído de um amontoado de casebres à margem esquerda do rio, era Porto Figueira do Rio Doce (SIMAN, 1988, p.28). Os casebres pertenciam a tropeiros e canoeiros do comércio de sal. Um dos portos situava-se no princípio da Rua Prudente de Moraes (região do São Tarcísio), e o outro, perto de onde atualmente se localiza o SAAE (Serviço

de Autônomo de Água e Esgoto), na Rua Sá Carvalho. Esses dois portos serviam de chegada e partida de mercadorias. O porto da Prudente de Moraes foi desativado mais cedo, com a chegada da linha de ferro, em 1910. O que ficava próximo ao SAAE continuou em atividade, recebendo mercadorias vindas de outras cidades, até a construção da ponte de São Raimundo. Construída na década de 1940, ela marcou o início do transporte rodoviário e um grande desenvolvimento para a região por causa do acesso à BR 116, hoje Rodovia Santos Dumont (ESPINDOLA, 1999, p.34).

Da fase do Porto Figueira do Rio Doce restou pouco na constituição do bairro. A década de 1950, tida como marco inicial e oficial da constituição do São Tarcísio, é o momento onde começam a acontecer alguns aterramentos do rio Doce para o alargamento do terreno. Segundo relatos de alguns moradores antigos, o processo de ocupação desta faixa de terra teria demandado muita vontade e persistência de alguns, inclusive de vigília do local até o momento da construção de uma moradia provisória, que asseguraria o direito de posse.

As terras ocupadas teriam pertencido, em outros tempos, a Quintiliano Costa, primeiro juiz de Paz do município e, posteriormente, foram compradas, loteadas e doadas pelo Município aos primeiros moradores (FERREIRA, 2010, p.28). Ainda na década de 1950, após a construção dos primeiros barracos,

algumas moradias foram vendidas informalmente pelos primeiros moradores a outras pessoas que chegavam à cidade. A pequena corredeira do rio, caracterizada com a presença de imensas pedras depositadas no leito e que, em época de estiagem, formam um lugar de lazer para os moradores, fizeram o local ser conhecido como “Ponto das Lavadeiras”, visto que estas pedras são utilizadas até os dias atuais para quilar as roupas lavadas. Vemos então que a formação física daquele território poderia ser caracterizada tendo em vista um recorte diferente em termos físicos: situada bem no centro da cidade que, como vimos anteriormente, nos anos de 1950, vivia um “surto de desenvolvimento”.

Do ponto de vista da “continuidade” cultural, na década de 1950 e nas posteriores, continuou a chegada de pessoas pertencentes a um grupamento menos favorecido econômica e socialmente, do ponto de vista do *status*. Entretanto, uma vez que eram oriundas de zonas agropastoris situadas nas proximidades de Governador Valadares, é provável que tenham trazido suas crenças, impregnando de caráter religioso e mágico o São Tarcísio. Os novos moradores replicarão alguns costumes e práticas culturais marcadas pelos ritos do catolicismo, principalmente.

Estes rituais auxiliam, também na delimitação do território. Assim, em se tratando de subjetividade, o espaço mítico e místico é também uma “resposta do sentimento e da

imaginação às necessidades humanas fundamentais. Desta forma, este cenário, difere do espaço concebido de forma pragmática” (TUAN, 1983, p.112). O bairro São Tarcísio como espaço vivido, mítico e místico, seria também um espaço “em movimento”. Em outras palavras, o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica, um “espaço-tempo vivido (que se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário)” (HOLZER, 1992, p.440). O espaço vivido seria um campo de considerações pragmáticas e de representações sociais e simbólicas, rico em simbolismos que vão traduzir: “em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura” (ISNARD, 1982, p.71).

Se as práticas espaciais resultam da consciência de diferenciação espacial, por outro lado, podemos considerá-las ingredientes através dos quais a diferenciação espacial é valorizada total ou parcialmente num processo de apropriação (CLAVAL, 1999b, p. 64). É esta apropriação que percebemos ter ocorrido no São Tarcísio ao considerá-lo, desde os primeiros habitantes, ainda no século XIX (na fase do Porto de Canoas), como espaço ou cenário territorializável. Uma vez mais, a palavra processo não indica aqui fechamento, mas, ao contrário, uma abertura, desdobramentos, (re) significações, fluxo, refluxo ou manutenção (ELIAS, 1990, p.36).

### **a.2) O São Tarcísio como cenário territorializável**

Enquanto “cenário territorializado”, o bairro São Tarcísio poderia ser, atualmente, facilmente identificado pela particularidade geográfica que o reveste: além de ser um bairro pequeno é também uma das partes mais baixas do perímetro urbano de Governador Valadares em contato com o rio Doce. O São Tarcísio tem pouco mais de uma centena de imóveis e é um dos primeiros locais atingidos pelas enchentes de Janeiro.

Muitos dos moradores teriam vindo de localidades rurais e de cidades próximas a Governador Valadares, tais como Coroaci, Guanhães, Virginópolis, Santa Maria do Suaçuí e Sabinópolis. Nestas localidades, eles relatam que sempre moraram em zonas rurais e nas proximidades de córregos e rios. Neste processo de reprodução, então, acreditamos que, seria preciso relevar, além da precariedade dos recursos econômicos descritos pelos primeiros habitantes como condição de sua chegada a Governador Valadares, outros aspectos mais ligados à forma de apropriação e às técnicas desenvolvidas no espaço. De acordo com moradores antigos, como Dona Rosa (90 anos), “o São Tarcísio surgiu numa região ribeirinha, onde se encontrava um pasto e uma pedreira” (FERREIRA, 2010, p.28). [1]

Como já observamos anteriormente, o processo de ocupação, no século XX, teria iniciado lentamente tendo como primeira referência, o porto das canoas, e, depois, os trabalhadores que migraram da localidade de Derribadinha, existente na outra margem do rio, com a chegada da estrada de ferro, no início do século:

Assim, podemos perceber etapas de apropriação do território do São Tarcísio: a fase do Porto das Canoas; a seguir, com os trabalhadores braçais da ferrovia, e, décadas depois; com aqueles que trabalharam na extração de madeira da Mata Atlântica, além de outras atividades braçais, como, por exemplo, os pedreiros, canoeiros, e extratores de mica. Algumas pistas, como as corredeiras existentes nas proximidades do bairro e, também, localizadas a cerca de um quilômetro adiante, na região em que foi instalado o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), no centro da cidade de Governador Valadares, parecem apontar, pelas características do terreno do bairro São Tarcísio, que é composto por um declive agudo, próprio dos pontos elevados de observação e fiscalização

[1] Optou-se por adotar nomes fictícios para os colaboradores dessa pesquisa.

territorial dos rios, que teria sido no atual São Tarcísio, o local da instalação da 6ª Divisão Militar do Rio Doce no século XIX. As duas corredeiras do Rio Doce caracterizam a existência de dois portos de parada das canoas. Há indícios de veracidade a respeito dos portos, entretanto, no que diz respeito ao Quartel Dom Manuel, da 6ª DMRD, também conhecido como Quartel

Em Derribadinha, a construção da estrada de ferro teve de ser interrompida até a inauguração de um pontilhão sobre o rio Doce que daria acesso à outra margem. Isso fez com que se formasse em Derribadinha um núcleo de povoamento: pequenos comerciantes, lojistas, um “grupo natural de colonizadores”. Entretanto, quando a linha transpôs o Rio Doce, e passou para a margem direita do rio, o núcleo de Derribadinha veio para Figueira do Rio Doce. O avanço da ferrovia demorou mais de dois anos para atravessar o rio, por causa da ponte de metal. Enquanto a ponte ia sendo construída, os mais afoitos atravessaram o rio de canoas, abriram caminhos pela mata virgem e foram se instalando em barracas de madeira, onde existem hoje a Catedral Santo Antônio e a Igreja Presbiteriana (SIMAN, 1988, p.164).

de Figueira, não há, até o momento, provas concretas que sustentem esta afirmação.

Por causa de sua origem rural, muitos destes trabalhadores, trouxeram consigo um modo de vida que inclui um relacionamento com o rio. Outros não, simplesmente se agarraram à oportunidade de conquistar um pedaço de terra em que pudessem se firmar e construir um barracão. Podemos, portanto, considerar a “seletividade espacial” dos primeiros moradores como um fator importante na constituição do bairro (CORREA, 2008, p. 23). Estes moradores tiveram no rio Doce uma referência positiva, tanto do ponto de vista cultural como do utilitário, já que o rio pode ser considerado como provedor não apenas de água a ser utilizada para consumo e limpeza, mas, também, de uma forma de vida e de trabalho (uma vez que muitos deles, também se dedicavam ao ofício de pescadores, canoeiros e lavadeiras). Além disso, é do rio que, durante o período de apropriação, segundo eles, teria sido extraída a areia e o barro para as construções dos barracos.

Esta “seletividade espacial” do local, teria produzido, conseqüentemente, uma “fragmentação”, no sentido de separação e divisão, em relação à parte de cima, mais alta, daquele espaço, onde a Rua da Direita (atual Prudente de Moraes) era então a principal referência na constituição do traçado espontâneo da cidade. Na parte de baixo, onde começou a se

configurar o que atualmente é o bairro São Tarcísio, havia plantações de árvores frutíferas e o local era, informalmente, segundo relatos, considerado um prolongamento dos quintais das casas da antiga Rua Direita, hoje Rua Cláudio Manoel.

Além de abraçarem a oportunidade oferecida pelos prefeitos Raimundo Albergaria (1951-1955) e Ladislau Sales (1955-1959), no tocante à doação dos lotes, teria havido, por parte dos moradores, uma “antecipação espacial”, ou seja, uma consideração dos recursos que o terreno, naquela ocasião, mesmo ribeirinho, oferecia. A “marginalização espacial” no caso do São Tarcísio, teria se dado ao longo do processo de apropriação do espaço, de três maneiras (CORREA, 1998). Primeiramente, através do abandono (ou seja, uma desterritorialização) por parte dos moradores, do território de origem, em suas cidades natais, em busca de um novo espaço. Em segundo lugar, pela transferência dos mesmos para um local ribeirinho, onde teria iniciado uma “reprodução da região reprodutora”. Esta região reprodutora seria o local previamente de origem destes migrantes, sendo que muitos deles vieram, como já mencionamos, da zona rural, carregando consigo algumas de suas tradições e costumes para o novo espaço. Em terceiro lugar, poderíamos falar em marginalização em relação a outros espaços vizinhos, na medida em que o bairro São Tarcísio adquiriu uma caracte-

rística estética diferente do centro da cidade em termos de paisagem, o que desagradou aos setores mais abastados da cidade, que ansiavam por um rumo diferente à urbanização de Governador Valadares (SIMAN, 1988, p. 171).

Na medida em que falamos em marginalização podemos, também, considerar uma automarginalização e uma autossegregação considerando que muitos dos moradores, ignorando que o bairro é central e mesmo morando a poucas quadras do cruzamento mais central da cidade, referem-se, nos relatos que recolhemos durante a pesquisa de campo, à área comercial e economicamente mais vultosa, como “centro”, dando a impressão de um lugar distante quando, na verdade, esta referência está a poucos minutos do bairro ribeirinho. Um exemplo nos foi dado por Dona Sandra (62 anos), quando afirma: “sempre vou ao centro quando preciso de coisas que não acho aqui. Morar perto do centro é uma das vantagens de morar neste bairro”.

A seguir, em fotografia aérea dos anos de 1970 e de autor desconhecido, podemos notar algumas casas da Rua Geraldo Vieira dos Santos, bem próximas ao rio Doce (algumas, até mesmo por sobre o rio). Notamos também nesta foto, um espaço que posteriormente viria a ser ocupado por outras construções. Trata-se de uma elevação em direção à Rua Prudente de Moraes. Notamos, também na foto, as corredeiras do rio que, no século

XIX, teriam provocado o surgimento de um porto de canoas.

A construção das casas à margem do rio se deu de forma proporcional à chegada de pessoas no bairro, que foram aos poucos se apropriando de terrenos. Ainda a partir dos primeiros anos da década de 1950, começa-se a formar a comunidade, que se revezava em mutirões na construção das primeiras moradias. Percebemos que há, aí, uma característica de interdependência que pode nos auxiliar na compreensão de questões relacionadas à regulação dos comportamentos (ELIAS, 2001, p.12). Isto se dá porque, na criação de um laço pessoal e social, haveria

expectativas e determinadas regras de convivência a serem cumpridas. Principalmente no que diz respeito à participação nos mutirões e na configuração de uma comunidade através de interesses comuns, como, por exemplo, nas práticas das lavadeiras, dos pescadores e dos pedreiros, em trocas de serviço, como afirmam alguns moradores.

Conforme Luís Lobo, engenheiro civil responsável pelo Setor de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Governador Valadares (2000-2004), a doação de terrenos nas décadas de 1950 e 1960 trouxe confusão aos arquivos municipais sobre o que era público e privado no local. Um bom



Figura 2 - Foto intitulada “Favela do São Tarcísio”

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Governador Valadares (SMCEL). Autor desconhecido, 1974.

exemplo dessa situação são algumas casas mais antigas, construídas no local, que até hoje, não possuem escrituras. A propriedade de algumas áreas foi estabelecida apenas pelo direito adquirido. Essa indefinição de espaços públicos e privados, de acordo com Lobo, influenciou diretamente na forma de urbanização do local e na própria forma de ocupação do São Tarcísio.

Entretanto, a situação muda em relação à parte baixa do bairro, o São Tarcísio II. Esta área ribeirinha se

desenvolveu com a estrutura de uma favela: caracterizada pela quantidade de becos e sobrados amontoados. A situação dificultava o acesso da prefeitura para a realização das obras, o que segundo Luís Lobo, que foi secretário Municipal de Obras, que em 2002, já relatava a seguinte observação:

Na década de 1960, com as administrações municipais dos prefeitos Joaquim Pedro Nascimento e Hermírio Gomes da Silva, o espaço

O aumento do número de moradores fez com que eles se distribuíssem em duas áreas: uma baixa e outra alta, mais próxima à rua central, Prudente de Moraes. As regiões, geograficamente diferentes, definiriam e continuariam definindo o desenvolvimento desigual do bairro. Isso acontece porque na parte alta, conhecida como São Tarcísio I, a proximidade com a Rua Prudente de Moraes foi decisiva para facilitar o acesso de máquinas e materiais para obras no local. A infra-estrutura chegava e proporcionava a valorização de imóveis (MIRANDA et al., 2002, p.19).

Não sabemos quem é dono de quê. A rede de esgoto passa dentro do terreno dos outros e as casas são muito próximas, dificultando o nosso deslocamento e nossas atividades. O problema fica maior à medida que as famílias vão crescendo, já que os lotes vão sendo subdivididos, agravando a situação (MIRANDA et al., 2002, p. 20).

do bairro foi aumentado com um aterramento do braço do rio que separava a linha férrea (atualmente, Rua Prudente de Moraes) a uma ilha. Assim que a área de terra aumentou começaram outras ocupações. Muitas casas foram sendo construídas até a beira do rio. Formou-se ali uma rua estreita. Além dos aterros feitos, o rio contribuiu, em parte, com o assoreamento, no surgimento de um novo espaço como opção de moradia. Segundo Dona Sandra, muitos moradores aproveitaram “e fizeram seus quintais, acrescentando um pouco mais de terra”.

Em 2010, a maioria dos terrenos possuíam medidas que iam até 200 metros quadrados. Destes, 94% era formado por lotes construídos. Todo espaço aterrado no fundo das casas era tomado pelo próprio rio na “época das águas”. Dez anos depois a situação não mudou muito. Quando chove muito, o rio Doce enche e volta a tomar parte do seu leito. Os locais vagos são formados por terreno pedregoso. O bairro é pequeno em vista de outros bairros de Governador Valadares. Isso pode ser considerado como um fator facilitador de gestão administrativa do ponto de vista municipal. Entretanto, apesar de morfologicamente o São Tarcísio ser formado por três ruas e algumas vielas, o que se percebe é descaso com a coleta de lixo e com a iluminação de alguns pontos. Existe um tipo de morador que é transitório no bairro. São aqueles que alugam pequenas casas, geralmente

construídas no quintal de outras. Os quintais não são também espaçosos. Isto dá ao São Tarcísio o aspecto de um aglomerado. Percebemos que os mais “antigos” no bairro são também os mais enraizados. Os jovens são os que mais se mudam.

Nas décadas de 1950 e 1960, o São Tarcísio era pouco habitado. O aumento do número de moradores fez com que eles se distribuíssem em duas áreas: uma baixa, outra alta, mais próxima à rua central, Prudente de Moraes. Os “ribeirinhos” pertencem a regiões, geograficamente diferentes, que definiriam e continuam definindo o desenvolvimento desigual do bairro.

De um modo geral, a maioria dos terrenos (98%) apresenta um tipo de solo inundável e 79% deles são planos. Isso mostra que a área próxima ao rio é extremamente vulnerável a enchentes. Os 17% de terreno em declive também são ameaçados com as águas. Apenas quatro por cento dos terrenos possuem segurança. São aqueles situados na Rua Prudente de Moraes. Em linhas gerais o bairro é formado por terrenos pequenos e inundáveis. Os primeiros moradores utilizavam das águas do rio para higiene, limpeza e ingestão. A água encanada chegou ao bairro em 1966, pouco tempo depois, chegaram ao bairro a eletricidade e a rede de esgoto (MIRANDA, et al., 2002).

Em 2006, numa iniciativa do governo do Prefeito José Bonifácio Mourão (2004-2008), dentro do projeto “GV mais bonita para você” 84 casas

ribeirinhas do bairro foram pintadas em cores fortes e chamativas. Numa alusão ao Pelourinho de Salvador (BA). O projeto tinha por objetivo “apagar o estigma de favela” do bairro e “transformar” o São Tarcísio num ponto turístico, o “Pelourinho Valadarense”. Entretanto, atualmente, alguns moradores e, dentre eles, Leandro (34 anos), reclamam que a iniciativa não passou de uma “maquiagem” que ajuda o bairro “parecer mais bonito” somente aos olhos daqueles que o avistam da Ilha dos Araújos, do outro lado do rio.

Apesar das dificuldades, a relação entre moradores e rio Doce se dá de maneira muito presente cotidianamente. O espaço foi e, até hoje é, habitado por trabalhadores como lavadeiras de roupa, canoieiros dragueiros de areia, carroceiros transportadores. Apesar das fortes corredeiras, crianças, jovens e adultos têm como prática de lazer, tomar banho no rio.

Podemos considerar que o bairro São Tarcísio, tendo em vista a sua parte ribeirinha, estigmatizada durante a década de 2000 através de matérias em jornais locais que difundiram a imagem da violência e do tráfico de drogas, forneceram representações de uma realidade facilmente associada ao ambiente semiperiférico brasileiro, em que as matrizes de desi-

gualdades sociais sobrepõem-se aos acúmulos de déficits históricos materializados nas condições de vida de uma parte expressiva da população. Nesse aspecto, o tráfico de droga e a violência do São Tarcísio fazem parte de um cenário de pobreza e de carência social e econômica em vista dos outros moradores que residem nas adjacências do bairro.

Podemos considerar que a cidade de Governador Valadares e, por extensão, o bairro São Tarcísio, configuram-se como “produto, meio e condição” das lutas, conflitos sociais e de um modelo de organização espacial que vem ocorrendo desde o sertão do rio Doce (CORREA, 1995, p. 34). Nesse sentido, no espaço urbano encontramos, de um lado, os espaços da elite que representa a classe dominante. E, de outro, os espaços periféricos das classes populares e as baixadas, como a do São Tarcísio. O espaço do bairro São Tarcísio pode ser considerado como de exclusão social ou inclusão precária, formando-se dentro da cidade um tecido urbano fragmentado, segmentado e contraditório, no entanto, extremamente articulado.

No espaço fragmentado de Governador Valadares, os espaços habitados pela elite poderiam ser identificados pelo consumo de bens e

**Apesar das dificuldades, a relação entre moradores e rio Doce se dá de maneira muito presente cotidianamente.**

serviços, assim como uma infraestrutura de alta qualidade e de técnica. Porém, nos espaços periféricos predomina a pobreza e sua dinâmica para reduzir os efeitos devastadores do desemprego (principalmente o comércio informal) e das necessidades imediatas de habitação. Sem opção no mercado imobiliário, com pouco ou nenhum financiamento público ou privado, podemos dizer que são espaços que sofrem uma intensa exclusão social por neles habitarem uma população pobre, com poucas oportunidades no que diz respeito a emprego. Fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, percebemos que o São Tarcísio pode assumir uma dimensão simbólica que, entretanto, insinua-se variável segundo os diferentes grupos sociais e etários que ocupam o bairro. No entanto, em algumas ocasiões de grandes dificuldades, o espírito de solidariedade entre os ribeirinhos prevalece. É o que percebemos, quando abordaremos o problema das enchentes que atingem o bairro anualmente e de como os moradores se articulam para enfrentá-lo.

Ao considerarmos o território como que envolvido num processo onde se conjuga o híbrido – entre sociedade e natureza, entre o subjetivo e o concreto, entre o natural e

**(...) é importante manter em mente que a natureza, às vezes, promove a desterritorialização (...)**

o artificial –, é importante manter em mente que a natureza, às vezes, promove a desterritorialização de algumas maneiras tais, como, por exemplo, resposta ao adensamento do uso do solo, a construções em local inadequado, e à deterioração de certas áreas territorializadas: as enchentes dos rios e os deslizamentos das encostas são importantes exemplos disso (CORAGGIO, 1979, p.25). O conceito de natureza, neste caso, é o mesmo de espaço, ou seja, de “matéria-prima”. Todavia, como reação a determinados processos de territorialização, esta mesma “natureza” seria portadora de uma ação: a ação natural que é resposta à ação humana. O papel do homem, então, atém-se ao de dominador dos recursos naturais, colocando-o na posição externa do processo. Por fim, o espaço físico e os elementos relacionados ao clima, vegetação, solo, relevo e hidrografia, são apropriados de diferentes formas pela sociedade gerando características peculiares de território, de acordo com o tipo de cultura a ser considerada.

## b) O São Tarcísio e as enchentes

As enchentes trazem para o território uma característica simbólica, ou seja, determinados “códigos distintivos” que denunciam aspectos sociais e a ação humana em termos de apropriação do espaço (WEBER, 1996, p.27). Estes espaços estão sujeitos a processos de transformações tanto naturais como não naturais fazendo com que a cultura, através da expressão da sua materialidade, ofereça-se interpretável através de valores, comportamentos e convenções (CORREA, 1995, p.07). Isso caracterizaria, também, o que podemos denominar de território simbólico. Do ponto de vista material, os códigos culturais estariam presentes na materialidade verificada, principalmente, na forma e produto da apropriação do espaço. Como um processo pressupõe algo não estático e permanente, o território simbólico seria, também, o registro de um processo de mudança, de uma transformação, de uma figuração entre o antes e o depois (ELIAS, 1990, p.78). Interpretar a cultura neste território significaria então interpretar estes códigos culturais tanto do ponto de vista material como do ponto de vista imaterial.

No caso do São Tarcísio, as enchentes podem ter outra explicação, além da localização baixa do bairro. Na década de 1960, quando os

aterros de algumas partes da margem do rio começaram a acontecer, foram utilizados entulhos de construções e, muitas vezes, lixo resultante da limpeza de terrenos vizinhos, na atual Rua Prudente de Moraes, a parte mais elevada. Segundo relatos, o bairro foi “surgindo” de uma maneira muito discreta e sem grande divulgação. As casas construídas no local do aterramento eram vistas como barracões numa “beirada de rio tomada pelo mato”. As ocupações foram lideradas por Gonçalves Batista, naquela ocasião, fiscal da prefeitura e então morador da última casa antes do aterro. Em razão disso, uma grande quantidade de construções apareceu até bem próximo à beira do rio.

Com o processo de devassamento da mata Atlântica, na década de 1950, e assoreamento do rio Doce, não demorou muito para que começassem a ocorrer enchentes anuais. Segundo apontam alguns depoimentos que recolhemos em nossa pesquisa de campo, no início, as águas não ofereciam risco eminente até que, em 1979, com intensidade das chuvas, aconteceu uma enchente de proporções catastróficas, destruindo muitas das casas construídas e deixando os ribeirinhos desabrigados por vários meses. Mais uma vez, a reconstrução das casas e o retorno dos moradores aos seus lotes, contou com um trabalho de mutirão de muitos deles nos finais de semana. Desde os anos de 1980 as enchentes acontecem, até os dias de hoje, com uma frequência



Bairro São Tarcísio em Governador Valadares está alagado pelo Rio Doce (2013).  
Foto: Tiago Lopes/InterTV - Fonte: G1 Vales de Minas Gerais

anual, geralmente entre os meses de janeiro e março, que registram maiores quantidades de chuva. De acordo com o morador Leandro (34 anos): “as enchentes são uma forma de o rio reclamar o que é dele”. Mesmo assim, Leandro, que é morador na Rua Cláudio Manoel, afirma que já aprendeu a conviver com este desafio. “Com o tempo a gente já sabe o que fazer no tempo das águas. Não tenho pra onde ir e não abro mão de deixar a minha casinha”, disse.

Para melhor dotar o bairro de uma infraestrutura que facilitasse os trabalhos da municipalidade através

da Comissão de Defesa Civil em socorro às vítimas das enchentes, na década de 1980, a administração do prefeito Ronaldo Perim (1983-1988) abriu a Rua Adrião Frois, que passou a ligar a Prudente de Moraes ao bairro, que até então só possuía uma entrada e uma saída: a Rua Cláudio Manoel.

Assim, o bairro São Tarcísio, em sua parte de várzea, próxima ao rio Doce, foi se contrastando através de suas construções simples, da parte mais elevada, próxima da Prudente de Moraes e do Centro da cidade. A partir da aparência das casas (muitas deles de três sobrados), presume-se que

os moradores possuem um status econômico diferenciado e melhor favorecido do que aqueles que residem na área ribeirinha, de várzea. Os códigos culturais, presentes no território vivido, também podem ser interpretados numa situação de contraste uma vez que a proximidade com o rio produziria uma “descontinuidade” territorial criando uma marca e, conseqüentemente, uma identidade que, optamos por denominar de “ribeirinhos de várzea”, em contraste com os “ribeirinhos de platô”, que residem nas partes mais altas do bairro (São Tarcísio I). Estas nomenclaturas de identidades espaciais estão diretamente relacionadas ao processo de demarcação e constituição física da cidade. Quanto mais planejadas as áreas da cidade e mais distantes do risco de enchente, com exceção dos morros e encostas, mais próximas elas estariam da denominação de “ribeirinhos de platô”, uma vez que o rio Doce é, indiscutivelmente, uma referência e uma marca territorial e geográfica na cidade.

Isto posto, percebe-se que a grande desvantagem de se morar muito próximo ao rio seria o risco sempre presente das enchentes em determinados meses do ano. Contudo, as enchentes, quando percebidas enquanto eventos, podem trazer ao

bairro uma dimensão simbólica na qual podemos perceber um traço cultural, principalmente por meio das convenções e comportamentos que giram em torno do processo de desterritorialização e reterritorialização do espaço, antes tomado pelas águas do rio. Todavia morar próximo ao rio teria também as suas vantagens. De acordo com Flávio (75 anos), o rio Doce teria sido uma referência direta nas décadas de 1960, 1970, e mesmo na década 1980, em termos de abastecimento e consumo de água. Até então, a poluição do rio Doce ainda não havia atingido os níveis alarmantes que atingiu nas décadas seguintes. É o que confirma Carolina dos Santos Ferreira.

Inicialmente a falta de água encanada não era um problema tão grave, uma vez que a poluição ainda não ameaçava o rio. Os moradores utilizavam a água do Rio Doce para lavar roupas e vasilhas, para se banharem e até mesmo para beber. Para muitas senhoras a água do rio era fonte de renda. Existiam muitas moradoras do bairro que lavavam roupa para fora utilizando as águas do rio. Houve pessoas que até vendiam água do rio no alto do Carapina (FERREIRA, 2010, p. 28).

Salienta-se, assim, que a apropriação física do espaço se deu, tendo em vista a oportunidade oferecida e a

**(...) Os códigos culturais, presentes no território vivido, também podem ser interpretados numa situação de contraste (...)**

possibilidade de solucionar algumas necessidades básicas dos primeiros moradores. Entretanto:

Com o passar do tempo, os moradores começaram a buscar novas formas de obtenção da água. Alguns, por conta própria, compraram canos e puxaram a água da Rua Prudente de Moraes. Apesar de ser um recurso disponível para poucos, pois os moradores deveriam arcar com seus gastos, o SAAE ligou a água encanada, ainda, no bairro na década de 1950. Muitos outros moradores, no entanto, somente tiveram acesso ao serviço a partir da década de setenta (FERREIRA, 2010, p.28-29).

A proximidade com o rio Doce assegurou aos “ribeirinhos da várzea”, por várias décadas não apenas o abastecimento, mas, também, a melhoria das construções provisórias de madeira. Elas haviam sido construídas, na década de 1950, como já mencionamos, com restos de madeira doada ou comprada em serrarias próximas como, por exemplo, a de José Nascimento Ferradeiro, conhecido como Zé Português, que ficava ao lado do bairro. Após a construção dos barracos, eles foram sofrendo pequenas melhorias e muitos foram reconstruídos com a areia e o barro extraídos do rio. Alguns moradores antigos assimilaram, também, um

**(...) Alguns moradores antigos assimilaram, também, um modo de sobrevivência associados ao rio (...)**

modo de sobrevivência associados ao rio, lavando roupa por encomenda, pescando e vendendo os peixes na feira, e transportando e vendendo areia em carroças.

Assim, a organização não planejada do bairro teria se dado a partir de interesses de ambas as partes: os moradores que aportavam na cidade, buscavam um espaço para se estabelecerem. Por outro lado, o espaço ribeirinho e central teria sido uma solução por parte da municipalidade para equacionar o problema da configuração urbana com a chegada de migrantes sem perspectiva de moradia, mesmo numa cidade como Governador Valadares que, na altura dos anos de 1950, começava a se desenhar no que diz respeito à constituição dos bairros.

Esta organização espacial não planejada, mas, ainda assim, uma organização espacial, traz consigo práticas sociais (modelos culturais) e, conseqüentemente, identidades. É preciso recordar que esta “não organização” observada no caso de constituição de alguns bairros, faria parte de uma gestão territorial na medida em que consideramos que a mão-de-obra dos moradores auxiliava na dinâmica da cidade participando na construção e consolidação, do tecido social, urbano e econômico.

Estaria presente aí um vínculo com um processo de territorialização que se inicia a partir do Sertão do rio Doce numa estratégia de conquista e domínio do espaço. Esta apropriação (do sertão) teria por finalidade constituir um domínio legitimado a partir do rio Doce e com características patrimoniais e senhoriais. Com a constituição da cidade e de um grupamento de poder e domínio, a gestão do espaço continua a servir a interesses de uma “elite” na medida em que favorece e valoriza a apropriação de alguns espaços deixando outros à mercê dos grupos menos favorecidos (ELIAS-SCOTSON, 2001, p.35).

O rio Doce continua sendo uma referência de demarcação, e, no caso do Bairro São Tarcísio, o espaço apropriado faria parte de uma lógica geográfica de constituição de identidades mais periféricas e, com isso, mais marginais. Por isso, os códigos culturais destes grupos podem ser interpretados levando-se em conta os costumes e convenções que teriam servido de base para a constituição de um tecido simbólico e comunitário.

Salientamos que em muitos tipos de territórios, os riscos ambientais passam a fazer parte do próprio processo de territorialização e convívio dos moradores com o espaço territorializado. Em sentido amplo, o risco refere-se, portanto “à probabilidade de ocorrência de processos no tempo e no espaço, não constantes e não determinados, e a maneira como este processo afeta (direta ou indireta-

mente) a vida humana”. Alguns riscos estão ligados à saúde pública como, por exemplo, malária, tifo, dengue e as doenças de veiculação hídrica, como a leptospirose, a equistosomose e a cólera. O grupo de riscos, geralmente definido como naturais, é caracterizado por fortes chuvas, furacões, enchentes e terremotos (CERRI-AMARAL, 1998, p.302). Em território urbano, as áreas de risco nas encostas, fundos de vales ou áreas ribeirinhas, podem causar, muitas vezes, algumas catástrofes (SOUZA, 2000, p.65).

No caso do Bairro São Tarcísio, a maior das enchentes que se tem notícia, entre os moradores mais antigos, como já mencionamos, foi a de 1979. “Ela (a enchente) deixou muita gente sem casa e teve gente que até mesmo perdeu a vida. Sei de um caso que a menina já ia se afogando, o pai pulou pra ajudar ela e morreram os dois”, lembra a moradora Georgina (81 anos).

Além dos riscos naturais é preciso se considerar, também, em bairros como o São Tarcísio, os riscos sociais. Estes estão presentes nas condições sociais que são, muitas vezes, desfavoráveis à segurança e ao bem-estar da população. Uma interpretação dos riscos ambientais no território “deve ser vista como um indicador dinâmico das relações entre os sistemas naturais e as condições sociais de reprodução humana em um determinado lugar e momento” (EAGLER, 1996, p.32). O risco social seria, neste caso, resultante das

carências sociais que contribuiriam para a degradação das condições de vida. Sua manifestação mais aparente está nas condições de habitabilidade e na violência, verificadas em bairros periféricos e de menor renda. A condição social desfavorável de algumas comunidades é, por vezes, também expressa no acesso aos serviços básicos, tais como água tratada, esgotamento de resíduos e coleta de lixo. Além disso, numa visão de longo prazo, estes riscos podem influenciar nas condições de emprego, renda e capacitação técnica da população local, elementos fundamentais ao pleno desenvolvimento humano sustentável. No bairro São Tarcísio, como alguns de seus moradores o definem, há a imagem representativa de um “território do tráfico” onde as crianças ficam, cada vez mais, expostas a estes riscos uma vez que são “recrutadas” não apenas no São Tarcísio, mas, em bairros próximos como “aviõezinhos”: “Eles são menino de recado. Leva e traz notícia, carrega e entrega o craque. Tudo fazendo mandado”, conta Georgina, referindo-se ao tráfico.

O que se verifica em megalópoles e cidades do porte médio, como no caso de Governador Valadares, é que os espaços considerados áreas de risco natural tais como encostas declivosas, fundos de vales, várzeas de rios e as encostas são, geralmente, habitados por “grupamentos menos favorecidos” economicamente (WEBER, 1982, p.15). A cena urbana poderia,

desta forma, ser pensada através de um contraste heterogêneo de bairros pobres e/ou favelas e bairros ricos ou de “elite”. Dona Fabiana, 76, moradora na Rua Cláudio Manoel, recorda que, desde então, “de vez em quando,” recebe a ajuda de remédios em época de enchente, para curar ou prevenir “doença que vem com as águas”.

A ação da natureza sobre o território em situações de ameaças e riscos naturais tende, então, a modificar a cena urbana fazendo com que, de acordo com a magnitude do evento adverso, este mesmo território possa, até mesmo, deixar de existir (EAGLER, 1996, p.37). Todavia, no caso do São Tarcísio, o que percebemos através dos relatos é que os moradores parecem ter se acostumado com as enchentes: “A gente já sabe que ela vem e aí, todo ano, a gente se prepara pra ela. Quando o rio começa a encher a gente já sabe o que fazer. Já sabe onde guardar as coisas e onde ficar até a chuva acabar. Quando o rio esvazia a gente volta pra casa da gente”, afirma Georgina.

Percebendo o “costume” e até a “prevenção” dos moradores com relação às enchentes cabe perguntar: como poderíamos desvendar o motivo que transparece na ação social da comunidade diante destas enchentes? Ao que parece, este motivo estaria presente em cada indivíduo que age, levando em conta a resposta e reação dos outros. (WEBER, 1996, p.54). Assim, a posição dos ribeirinhos e a ação deles diante deste problema

poderia ser compreendida como um fato social que requer maiores estudos.

Desde os anos de 1970 a enchente faz parte da vida destas pessoas. Esta relação seria mais ou menos inconsciente. Assim não poderia ser considerada como racional. Considerando-a uma ação afetiva, observamos que o rio Doce exerce forte atração emocional, principalmente sob os moradores mais velhos. Da mesma forma que percebemos as enchentes podemos, também, compreender o caso da apropriação/territorialização do sertão do rio Doce, de Governador Valadares e do bairro São Tarcísio. Neste caso, muitos indivíduos se orientam num dado processo configuracional reciprocamente e num mesmo sentido desencadeando as diversas possibilidades de se apropriar de um espaço (ELIAS, 1990, p.21).

### c) Centro de Convivência do São Tarcísio: cidadania e empoderamento

O Centro de Convivência São Tarcísio (CCST) promove atividades de associações de defesa de direitos sociais. Localizado na Rua Prudente de Moraes, 35, Centro, Governador Valadares, MG, este espaço está em funcionamento desde fevereiro de 2017 e, através de uma série de

eventos sociais, culturais e políticos, promove o empoderamento, ou seja, a ação social coletiva de participar de debates que têm por objetivo potencializar a conscientização civil e os direitos civis.

É sempre oportuno recorrermos à etimologia dos termos para entendermos o seu uso no contexto em que se propõe esta reflexão. Criada por Paulo Freire, a palavra “empoderamento” tem origem no termo inglês “empowerment”. Empoderar-se está diretamente relacionado à ação de propiciar usufruto do poder das classes menos favorecidas sejam elas representadas por grupamentos de mulheres, negros, pobres e LGBT’s, dentre outros.

Estigmatizada como sendo “lugar de tráfico, violência e pobreza”, a comunidade do São Tarcísio cultiva, apesar disso, um forte sentido de pertencimento, capturado e interpretado na fala de seus moradores. “Viver aqui é tudo de bom, apesar da enchente. Estou aqui há 30 anos e não penso em me mudar”, enfatiza Dona Cláudia, 67 anos. Inserido no cotidiano de seus moradores, pode-se perceber que o Centro empodera o bairro São Tarcísio e, com isso, oferece o exercício da cidadania (do latim *civitas*), palavra relacionada ao termo cidade assim como cidadão ou *vecino*. Deste modo, ser cidadão significa estar estabelecido(a) e, portanto, importante tornar-se e manter-se atuante em sua cidade.



Centro de Convivência São Tarcísio/Facebook/CCST

Considerado o marco inicial da cidade de Governador Valadares nos tempos do Sertão do Rio Doce, no século XIX, a comunidade do bairro pode ser compreendida por meio de suas práticas, representações sociais, territorialidades, códigos culturais, e imaginário social.

Conforme Clifford Geertz (1989), a compreensão de um bairro valendo-se metodologicamente da etnografia, é um processo orientado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo (GEERTZ, 1989, p.44). Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas, sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir

do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Ao fazermos uma imersão no Bairro São Tarcísio, podemos perguntar e refletir sobre qual seria a possível relação entre os códigos sociais e culturais com o processo de constituição da cidade de Governador Valadares.

#### c.1) O bairro e a sua identidade

Percebe-se, do ponto de vista histórico, que o bairro foi se constituindo juntamente com a cidade na medida em que esta se espalhava por outros espaços. No entanto, a consideração do espaço como bairro desde as primeiras décadas da metade do século XX não havia sido oficial-

mente legitimada. Tratava-se de um espaço denominado São Tarcísio, tal como outros bairros da cidade que foram sendo batizados com nomes de santos da Igreja católica, mas, popularmente, a referência principal do bairro era um matadouro e com esta denominação ele era conhecido. Desta forma, o Centro de Convivência do São Tarcísio coloca de forma ainda mais legítima a ideia não apenas de bairro, mas, também, de cidadania.

Para compreendermos o que significa o espaço denominado bairro, recorreremos ao geógrafo Marcelo José Lopes de Souza (1989) para quem um bairro é, antes de tudo, uma escala territorial e social. Esta escala pressupõe a existência de uma identidade, que é o que lhe concede a capacidade de ser reconhecido e identificado. Segundo Amos Rapoport, “os bairros existem quando as dimensões físicas e sociais coincidem, quando há um esquema sócio-espacial significativo para as pessoas que notam seus limites, que por sua vez podem ser claros ou difusos” (RAPOPORT, 1978, p. 155).

Este caráter de identidade pode ser associado à ideia do *genius loci* (NORBERG-SCHULZ, 1980). Segundo uma lenda romana acreditava existir para cada cidade do império um “genius” próprio, guardião daquela *urbs*, presente não só nas edificações, mas, também, nas pessoas, no comportamento, na vida que se desenrolava ali. Conforme alguns dicionários, a definição de bairro

recai sempre como “divisão territorial de uma cidade”, com algumas referências ao latim *barrium* ou do árabe *barri* (de fora, exterior, separado). Um bairro pode ser compreendido como uma das zonas principais em que se divide uma cidade, ou uma “porção de território nas proximidades de um núcleo urbano” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 26).

O bairro, então, está associado à ideia de separação, delimitação de um espaço físico que abriga uma população. Os bairros são urbes porque fazem parte da cidade. Um bairro pode ser caracterizado pelo “sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas, também, do intercâmbio entre as famílias e as pessoas no espaço físico. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (1989) busca o significado da palavra bairro em outras línguas. Por exemplo, o Dicionário Etimológico de la Lengua Castellana (1967, p.15), define *barrio* como:

Para Souza (1989), no entanto, parece que a *neighbourhood unit* dos anglo-saxões e a *unité de voisinage*, à parte a analogia vocabular, não são rigorosamente idênticas, embora muitas vezes recubram a mesma escala espacial, pois a *unité* se afigura elástica a ponto de abarcar escalas muito pontuais (como um prédio de apartamentos), o que não seria o caso do *neighbourhood*. Seja como for, são as relações de tipo primário, e não as

de tipo secundário como no *quartier*, que definem em princípio o *neighbourhood*. O *district*, outro referencial, define-se aproximadamente pelas rela-

voz tomada do árabe, e que só se acha em nosso idioma, no português (bairro) e no catalão (barri). A etimologia é barr, bar, terra, campo, campo imediato a uma população. Bar, barr, barrio, continuou chamando-se esse campo mesmo depois de se haver edificado nele; e por último veio a significar *barrio* uma das divisões locais ou municipais das povoações, e, sobretudo, das povoações grandes. Em algumas partes por *barrio* se entende o mesmo que *arrabalde*, grupo de população situado no extremo da mesma, ou um pouco separado dela. Embora na língua francesa a raiz etimológica seja diferente, o francês *quartier* designa uma realidade similar à do bairro. E também no caso francês, embora *quartier* e *banlieue* (subúrbio, periferia) não se confundam exatamente, podemos encontrar *quartiers* em áreas periféricas. Já na língua inglesa a questão terminológica é mais complicada. A palavra inglesa *neighbourhood* parece frequentemente cobrir uma escala intermediária entre a *unité de voisinage* e o *quartier* da literatura sociológica culturalista francesa. Isto explica o por que de se enfatizar o papel do *neighbourhood* como uma “área de relações primárias e espontâneas”, o que não combina com o conceito francês de *quartier*, aproximando-se, isto sim, da *unité de voisinage*. (RIOS, 1967 p.15 apud SOUZA, 1989 p.19).

ções de tipo secundário que se dão à sua escala. O *district* estará extremamente próximo do bairro, do *barrio* e do *quartier*, variando não somente conforme o indivíduo, mas também segundo a cidade em questão.

Por outro lado, talvez justamente por representar uma escala amiúde excessivamente ampla, parece que o *neighbourhood*, e não o *district* é o recorte territorial preferencial dos ativistas anglo-saxões. Do ponto de vista morfológico-dimensional, o bairro revela então, antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano de determinado tamanho. O seu traçado segue uma lógica espaço-social, ou seja, o bairro é uma unidade morfológica espacial e social ao mesmo tempo. Enquanto escala, o bairro possui uma característica diferente, em termos espaciais, da rua e da cidade.

A escala da rua é formada pelos elementos fundamentais da paisagem urbana: imóveis de habitação, entendendo o imóvel como uma parcela cadastral em que a principal ocupação do solo é constituída por construção. Já a escala do bairro, é formada por um conjunto de quarteirões com característica comum, enquanto a escala da cidade é formada por um conjunto de bairros (BARROS, 2004, p. 45). Do ponto de vista político-administrativo, o bairro corresponde à dimensão de território ideal para a reivindicação coletiva. Esta especificidade do bairro torna-o uma unidade politicamente importante. Discurso

que é retomado por Marcelo José Lopes de Souza (1989, p. 27) em sua abordagem política acerca do bairro:

Amos Rapoport (1978, p.12), define o bairro como um “esquema sócio-espacial”, significativo para as pessoas que notam os limites. Estes limites, muitas vezes ruas, podem ser claros ou difusos:

ele é um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana.

O esquema – edifícios e gente – é mais claro que o fundo informal da cidade. Poder-se-ia classificar em duas grandes dimensões: físicas e sociais, e os bairros existem, sobretudo, quando ambas as dimensões coincidem. Para definir um bairro, se usam por sua vez, critérios físicos e critérios sociais, com a influência, já indicada, da preferência e da seleção do habitat, já que gente análoga escolhe áreas similares reforçando o caráter social e físico das mesmas. Quase nunca as divisões oficiais coincidem com as subjetivas. As áreas têm que se distinguir umas das outras, as fronteiras devem ter significado, com uma vida característica em comum. As divisões políticas e as divisões planificadoras são demasiado grandes. As delimitações mais claras de áreas subjetivas têm lugar quando barreiras físicas bem definidas coincidem com os esquemas cognitivos.

Henri Lefebvre (1971, p. 21) reforça a ideia que o bairro corresponde a uma escala territorial que é definida também por um módulo social, ou melhor, é onde há maior convergência entre o espaço geométrico e o espaço social, entre o quantificado e o qualificado:

O bairro seria a “diferença mínima” entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários), dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico. O bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. Sem bairros, igual que sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópole.

No caso do São Tarcísio, o Centro de Convivência se junta a outros “aparelhos referenciais” que fazem parte do tecido social tais como igrejas, a escola Valdete Nominato e afins.

Em se tratando de trabalho que possibilite a sobrevivência de seus atores, percebe-se que algumas atividades se agregam a códigos culturais assomando-se à identidade espacial do lugar. Em pesquisa de campo constatou-se que muitas pessoas ainda utilizam o rio como fonte de renda em seus afazeres diários. O bairro possui pescadores, carroceiros e lavadeiras de roupa. Os canoieiros não ficam restritos às imediações do bairro, pescam em muitos lugares, mas têm no bairro o seu ponto de referência para a venda dos peixes que, mesmo depois do desastre ambiental da empresa Samarco que poluiu o rio Doce com dejetos químicos considerados de alta periculosidade são ainda assim, comercializados clandestinamente a baixo custo: “Sei de uma família aqui que tem dois irmãos: um que pesca o peixe e o outro que vende. Os dois são sócios”, afirma Cristina, 36. A pesca é realizada com tarrafas Segundo Seu João, 69, morador na Rua Cláudio Manoel da Costa, “hoje em dia não tem mais muito peixe como antigamente”. Seu João possui uma canoa que fica atracada nas imediações do bairro. A pesca é feita sempre de madrugada: “De noite num tem barulho pra atrapalhar a gente”, diz. A mesma canoa que é utilizada para a

pesca (que exibimos na foto a seguir) é também, às vezes, utilizada para a retirada de areia de alguns pontos do rio.

Outra atividade que se constitui referência no bairro é a utilização da areia em construções da cidade e do próprio bairro: “Com a areia, a gente tira com a pá mesmo e já vai jogando pra cima da carroça. Mas, hoje em dia, esse negócio num tem dado muito lucro, não. Quem compra areia pra construir, prefere comprar de quem usa a draga”, contou Seu João. A draga a que ele se refere, hoje em dia, é bastante utilizada no perímetro de Governador Valadares. Equipada por motores que possuem tubos que canalizam a areia até a

margem do rio, ela facilita a extração de areia para a comercialização ao passo que, os carroceiros e canoieiros, retiram areia na base da força física. Quando há procura por areia no São Tarcísio, a carroça cheia é vendida, geralmente, por R\$ 150,00. Segundo Seu João, os clientes variam entre donos de depósitos de material de construção, autônomos e pessoas que estão necessitando de areia para serviços particulares.

Talvez, de todas as práticas de trabalho relacionadas com o rio Doce e o São Tarcísio, a lavagem de roupas seja a mais conhecida. O bairro ficou conhecido como “Ponto das Lavadeiras” por causa de uma pedreira que era utilizada por muitas



Bairro São Tarcísio - canoa, junto ao Rio Doce.  
Foto: Dió Freitas.

lavadeiras de roupa entre as décadas de 1950 e 1980. Ainda hoje, as roupas dos familiares são lavadas no rio e estendidas em varais que são “comunitários” porque não se restringem a um só usuário. “Se a gente for usar água encanada pra lavar roupa, no final do mês a gente num aguenta pagar a conta de água. Com o rio aí, o melhor a fazer é colocar a mão na massa”, afirma Dona Vanda, 56, moradora na Rua Cláudio Manoel, que leva “sabão de coco e Omo” para a pedreira aos sábados e lava a roupa da família toda. Ela afirma que a maioria das moradoras do São Tarcísio faz isso. “Tem umas (lavadeiras) que lava pra fora e cobra a trouxa de roupa. É água do rio Doce, mas, a roupa fica limpinha do mesmo jeito. Dá pra tirar um troco aqui”, disse. Outra lavadeira, Dona Sandra, 59, diz que, para lavar a roupa a pessoa precisa ficar “com água até nas canela”. Depois é só quorar a roupa. “A gente usa sabão e detergente”, afirma. Dona Sandra conta que não bebe água diretamente do rio, mas, quando falta a água do SAAE, tem muita gente que bebe: “eles bebe, mas é fervida. Ferve bem a água que é pra matar os micróbio”. Dona Rosa, 90, moradora na Travessa Treze de Maio, lembra que adquiriu o seu terreno em 1956, onde construiu uma casa “muito fraquinha”, com sete filhos pra criar. Ela lavava roupa por encomenda e assim foi por mais de 30 anos. Segundo ela, o rio tinha muitas pedras e a água era mais limpa: “No lugar dessa rua (Cláudio Manoel) anti-

gamente era uma pedreira”, conta. Ela lembra que passava o dia inteiro, acompanhada de um grupo de lavadeiras lavando e quorando roupa. “A gente (ela e as outras lavadeiras) era como uma grande família. Todo mundo se conhecia e era parente. Depois que começaram a alugar as casa é que chegou gente nova pra cá”, conta. Conforme Dona Rosa, a vida era menos corrida. “Era diferente, a gente não via violência e nem esse negócio de droga”, conta.

Vê-se que os atores sociais, ao desenvolverem e praticarem suas atividades cotidianas na “pescaria clandestina”, no “comércio da areia”, e na “lavagem de roupa”, descrevem um quadro em que estão inseridos a partir de uma operação mental onde correlacionam o cabedal de experiências adquiridas, os conhecimentos, a capacidade criativa e adaptativa, e as trocas de experiência que obtiveram durante o processo interacional. Segundo Coulon, a reflexividade, elemento que faz parte do imaginário social, designa as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social. Descrever uma situação em depoimentos como estes seria o mesmo que constituir a realidade a partir de uma visão subjetiva e, ao mesmo tempo, coletiva (COULON, 1995b, p.34). É refletir, recordar, conhecer, reconstituir determinada realidade prática.

Conforme Coulon (1995b), quando se diz que as pessoas têm práticas reflexivas, isto significa que

refletem sobre aquilo que fazem, embora não tenham consciência do caráter reflexivo de suas ações. A propriedade reflexiva dos atores sociais permitiria, então, que eles exprimissem as significações de seus atos e de seus pensamentos, ou seja, de suas ações sociais ao mesmo tempo em que fornecem a sua visão do mundo em frases como “a gente era com uma grande família”, “a gente usa sabão e detergente”, e “hoje em dia não tem mais peixe como antigamente”. Nas três frases que separamos, podemos perceber que enquanto narram o passado, o reconstituem e apresentam uma síntese interpretativa do significado presente na ação. As lavadeiras que “eram como uma grande família”, hoje em dia, já não são tão próximas como antigamente; as roupas que hoje são lavadas no rio poluído ficam limpinhas porque se usa “sabão e detergente” que (outra vez ingenuamente) não poluem o rio; a pescaria, que antigamente era abundante, hoje em dia não é tão boa porque “já não tem mais tanto peixe”.

O processo de se compreender a realidade subjetivamente (psicogênese) e socialmente (sociogênese) seria, nesta medida, automático e contínuo (ELIAS, 1994, p. 24). Mesmo sem perceber, os moradores desenvolveriam esta atividade a cada minuto de sua existência, pois necessitariam, segundo Coulon (1995b, p.34), de uma “leitura particular embasada no coletivo”. É nesta leitura que encontrariam as motivações e orientações para

suas ações cotidianas. O conjunto de percepções geradas pela reflexividade dos moradores do São Tarcísio funcionaria, então, como uma espécie de “código de comportamento” que serviria como base para a tomada de decisão e para a formação de uma ideia de mundo, coordenando os atores e articulando-os cooperativamente com os demais. A compreensão das significações das ações só seria passível de leitura a partir do próprio processo de reflexividade desenvolvido pelos atores em suas narrativas e é isso que tentamos realizar.

## c.2) Enfim, um Centro de Convivência

O Centro de Convivência do São Tarcísio, ao desenvolver atividades culturais, políticas, sociais e de lazer, traz aos moradores do bairro um espaço cidadão que atende aos anseios de muitos que, apesar do sentimento de pertencimento, se referem ao lugar de maneira processual visto que, por um lado, expressam um sentimento nostálgico (eles falam de outros tempos em que a paisagem era de um jeito e que agora é de outro), por outro lado, relatam que apesar de bela e encantadora, o “descaso da Prefeitura” e a “poluição” tiram da paisagem tudo o que ela teria de belo. Assim ela sofre transformações na percepção de quem a vivencia e a vivenciou em outros tempos gerando comparações entre o presente e o passado.

## Trabalhos realizados no Centro de Convivência São Tarcísio.

### Pastoral da Criança:

**Coordenadora:** Maria Inês e Irany tendo como **colaboradoras 04 líderes comunitária.**  
Objetivo: Acompanhar gestantes, crianças e orientação às famílias.  
Beneficia 50 crianças de 0 a 6 anos. Celebração da Vida com pesagem das crianças, reunião de avaliação e visita a famílias, todo último sábado de 14 as 16 horas.  
Local: Centro de Convivência São Tarcísio

### Pastoral do Menor:

**Coordenadora:** Terezinha Ferradeira tendo como **colaboradoras 06 voluntários.**  
Beneficia 80 crianças e adolescentes e seus familiares;  
**Oferece:**  
- Uma tarde de lazer aos sábados de 14 às 17 horas no Colégio Imaculada;  
- Reunião de evangelização para as famílias toda 3ª feira as 19:30, no Centro de Convivência São Tarcísio;  
- Oficina de Balé para 4 crianças;  
- Atendimento médico e odontológico;

### Apoio Pedagógico ( Bom na Escola)

**Coordenadora:** Conceição Oliveira  
**Equipe colaboradora:** Roselene Angotti, Glória Biscotto, Cleide Valentin, Lorena, Graciene, Zilma e Rodrigo Bonfin.  
Beneficia 40 crianças de 6 a 14 anos, 2ª e 4ª feira.  
Matutino: 7:15 as 8:30  
Vespertino: 15:30 as 16:30  
Objetivo: Melhorar o rendimento escolar e passar valores de vida cristã.

### A Caminho do 1º Emprego

**Coordenadora:** Glória Biscotto  
Objetivo: Orientar e encaminhar para cursos de qualificação e menor aprendiz  
Beneficia 10 adolescentes maiores de 14 anos  
Horário: 2ª e 4ª feira de 18 as 19 horas na Praça Esporte  
**Oficina de Artes Para Crianças**  
**Coordenadora:** Stela Simões  
Objetivo: Melhorar o estado psicológico e emocional das crianças  
Beneficia 8 crianças de 6 anos do Projeto Bom de Bola;  
Toda 3ª feira de 15 as 17:00.

### Pastoral da Sobriedade

**Coordenador:** Geraldo e Isolda  
Objetivo Ser um grupo de mutua ajuda.  
Toda 6ª feira as 19:30 na Catedral de Santo Antônio

### Clube de Mães

**Coordenadora:** Dona Mirinha e Celeste  
Objetivo Oferecer uma tarde de lazer para mulheres e oficinas de bordado e artesanato para geração de renda  
Beneficia 56 mulheres  
Toda 3ª feira de 14 as 17:00

### Projeto Bom de Bola.

**Coordenador:** Rubens Damasceno  
Beneficia 40 crianças e adolescentes em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, tendo o Sargento Rubens Damasceno como coordenador. os treinos acontecem no Clube Filadélfia.  
Objetivo: Formar cidadãos, melhorar autoestima, retirar crianças da ociosidade, socializar, diminuir o índice de evasão escolar.  
Turno Matutino e Vespertino 2ª e 4ª feira 8 Matutino; 8:30 as 10:00, Vespertino: 16:30 as 18:00 no Clube Filadélfia

### Oficina de Costura:

**Coordenadora:** Dona Geralda  
Objetivo: Noções básicas para aprender costurar.  
Toda 4ª feira de 14 as 17:30 para 4 mulheres.

### OBS: O Centro de Convivência São Tarcísio conta também com atendimento nas áreas:

Psicológico: Núbia, Vilma, Eleny, Zélia, Érica e Vera;  
Odontológico: Diana, Isolda;  
Dermatológico: Andréia;  
Oftalmológico: Maurício Dutra, Guilherme e Paulo Petrucelly  
Jurídico: Sandra

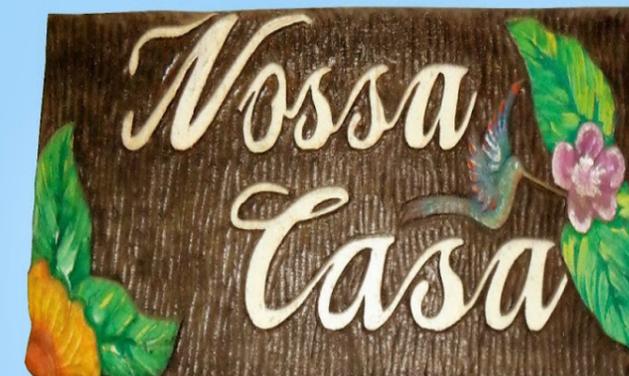
### Catequese

**Catequistas:** Márcia Andréia e Dona Lourdinha  
Objetivo: Introdução aos Sacramentos da Iniciação  
Beneficiados: Crianças, adolescentes e adultos. (8)  
Domingo: 17:00

# SÃO TARCÍSIO

## CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Rua Prudente de Moraes - 1A - Telefone: (33) 3275-2486  
E-mail: ccstnossacasa@yahoo.com.br



O Centro de Convivência São Tarcísio, projeto social da Paróquia de Santo Antônio, tem como objetivo oferecer um espaço de aprendizagem, formação, socialização, evangelização, educativo, pedagógico, cultural, de esporte e lazer para o exercício da cidadania com a missão de promover as famílias visando o protagonismo dos moradores do bairro São Tarcísio.

Este trabalho iniciado em agosto de 2006, tem como diretriz as Pastorais Sociais da Igreja Católica do Brasil: Pastoral da Criança; Pastoral do Menor; Pastoral da Sobriedade, ainda Clube de Mães, e projetos e oficinas de geração de renda, atendendo a 380 pessoas.

Uma comparação sempre presente nos relatos é a de que o rio antes “era limpinho” e agora “está todo poluído”. Percebemos nestes depoimentos duas considerações. A primeira é a de que as narrativas revelam um profundo encantamento com a paisagem natural em referências ao rio e à visão frontal da Ibituruna. Mas, por outro lado, do ponto de vista do olfato e do uso, o rio Doce “já se tornou”, na opinião de Dona Sandra, 59, num “esgotão”.

A segunda consideração é a de que ao reclamarem do rio, mora-

dores como Seu Antônio, 85, revelam, contraditoriamente, que jogam comida e até mesmo animais mortos nele porque “o rio leva tudo”. Assim eles não seriam responsáveis pela poluição. Vê-se aí uma visão recortada e congelada do bairro que, apesar de processual, poderia ser considerada como fixa e esquadrihada apenas no recorte da localidade do bairro sem abarcar o todo em sua abrangência. Vê-se, também, por outro lado, a presença de costumes rurais. Desta forma, o Centro de Convivência coloca o bairro em evidência e, ao mesmo

tempo, constitui-se espaço para cursos sendo, portanto, um lugar educador através de discussões que colocam aquele território como tema central:

Eu vejo a natureza como um mistério de Deus, né? É o que é importa: a natureza é Deus. Deus me livre se não existisse o rio Doce aqui. A água é utilizada pra todo mundo. Não só aqui, mas em outros lugares. Acho que as pessoas não pescam muito mais nele, né? Num tem mais peixe no rio. Eu vejo uma mulher que vem aqui no fundo (apontando para o rio), bate o dia inteirinho e não pega nada, coitada (Dona Mariza, dona de casa, 63 anos).

Manhã de lazer

Fonte: Facebook Centro de Convivência



Ou através de outra narrativa, as palavras de Dona Mônica que reafirmam a importância do rio como ponto como ponto passível de reflexão:

Gosto muito da paisagem daqui, nossa, adoro, eu gosto de tudo! Eu moro desde que eu nasci aqui. Sou a mais velha aqui na beira do rio, quer dizer, mais velha moradora (risos). Tenho minha casinha, tudo bem, graças a Deus. Na minha casa é só dois. Só eu e a menina ali (apontando). O rio Doce aqui é tudo abaixo de Deus. Ele é tudo pra gente, né? (Dona Mônica, 66 anos).

Percebe-se, particularmente neste relato, que a poluição não aparece como complicador da “beleza” do rio, mas o rio é “tudo abaixo de Deus”. Nota-se que os códigos culturais ofereceriam uma “indicialidade do mundo social através das redes de significações.” (COULON, 1995a, p. 21). Estes significados compartilhados estariam presentes no comportamento e, também, na linguagem do dia-a-dia unificando, de certo modo, uma determinada expectativa ou sentimento compartilhado tanto de “encantamento” como de “frustração”. É interessante observar que a linguagem cotidiana, ordinária, presente nestes depoimentos, são repletas de expressões indiciais. A indicialidade sugere sempre um sentido local e contextual, singular para cada ato interacional. Vemos, por exemplo, na expressão “o rio Doce é tudo abaixo de Deus”, ou “a natureza como um mistério de Deus”, ou mesmo “a natureza é Deus”, que a dimensão que alguns dos moradores dão à “paisagem” (neste caso a paisagem “outra”, extrabairro) não é nem um pouco insignificante. Percebemos aí um encantamento próximo do sentimento de adoração. Consideramos, nesta medida, a ação de creditar ao natural o caráter místico do incomensurável e, por outro lado, sentir-se gratificado(a) com os benefícios recebidos nesta relação. Contudo, existe a poluição que não deixa que a relação entre moradores e “paisagem” seja totalizante no sentido ideal. O Centro de Convivência, com

seus eventos educacionais torna-se de extrema importância para o debate educador e formador de cidadãos.

Outra percepção é a de que as narrativas estão intimamente ligadas ao processo de reflexividade. A relatibilidade é, neste caso, a descrição que os atores fazem de seus processos reflexivos, procurando mostrar sem cessar a constituição da realidade em que se produziram e experienciaram. Em outras palavras, a relatibilidade não seria a descrição pura e simplesmente da realidade enquanto pré-constituída, mas, uma descrição criativa que fabrica, cria, realça e reafirma uma forma de ver o mundo. (COULON, 1995a, p.34). Nesta medida, percebemos que, através de histórias como a do caboclo d'água, os atores reconstituem permanentemente uma ordem social frágil e precária a fim de manterem um referencial sobre si, o território, e sua comunidade. Considerar que o mundo social é relatável (accountable), significa dizer que ele é disponível, passível de ser descrito, compreendido e interpretável. Nesta perspectiva, salientamos o nosso entendimento de que a essência cultural que origina as atitudes e ações dos moradores do São Tarcísio seria mediada por códigos específicos. Observamos, assim, que os códigos constituem-se numa simbologia responsável pela “visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão” (BRUM NETO, 2007, p. 67). Estes símbolos ou códigos do São Tarcísio se encontrariam impressos

também na coloquialidade, praticabilidade, simplicidade e não metodocidade com que seus moradores opinam e narram suas vivências.

### Considerações Finais

Do ponto de vista histórico podemos considerar que o surgimento do bairro São Tarcísio se relaciona de forma contextual e processual à territorialização espacial do País por meio da apropriação de seus sertões e, no caso específico do Sertão do Rio Doce, ao surgimento de cidades como Governador Valadares (MG). Com seus vários ciclos econômicos e sociais, esta cidade acolheu trabalhadores de outros estados e da zona rural para atuar na construção da estrada de ferro Vitória-Minas a partir de 1910 e, nas décadas seguintes, em serrarias, principalmente. A referência do rio Doce, para muitos, constituiu-se afetivamente sinônimo de acolhimento uma vez que a maioria dos que vinham da zona rural já haviam mantido um contato vivencial com rios, córregos e ribeirões. Este processo de constituição territorial em escalas empurrou não apenas nas metrópoles brasileiras, mas, em cidades pequenas e de porte médio, a população mais pobre para a construção de moradios em morros, encostas e próximas a rios, espaços menos valorizados do ponto de vista imobiliário. A diferenciação espacial pode então, ser considerada como resultado de práticas

sociais e econômicas distintas. Com estas práticas, o bairro se organizou, também, simbolicamente no que diz respeito a códigos culturais, identidades e significados distintos que participariam, como num todo, da organização socioespacial da cidade. Assim, podemos perceber etapas de apropriação do território do São Tarcísio: a fase do Porto das Canoas; a seguir, com os trabalhadores braçais da ferrovia, e, décadas depois; com aqueles que trabalharam na extração de madeira da Mata Atlântica, além de outras atividades braçais, como, por exemplo, os pedreiros, canoeiros, e extratores de mica.

Num cenário mais atual, podemos considerar que o Centro de Convivência do bairro São Tarcísio surge como elemento aglutinador comunitário para discussões, eventos, debates sobre as necessidades do bairro e sobre a cidade de Governador Valadares como um todo, trazendo ao bairro uma referência mais cidadã e contribuindo para sua visibilidade diante da cidade como um lugar não apenas histórico, mas, também, frequentável. Isso vem diminuir o estigma preconceituoso de “território da droga” ou “território de violência”. Aumentando-se a autoestima, aumentam-se automaticamente as possibilidades de exercício da cidadania e de empoderamento daquela população.

### Referência Bibliográfica

BARROS, Sandra Augusta Leão.

**O que são os bairros:** limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife. 2002. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BRUM NETO, Helena. **Regiões Culturais:** a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 328f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2007.

CERRI, Leandro. E. S.; AMARAL, Cláudio. P. Riscos Geológicos. In: OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. (org.). **Geologia e Engenharia.** São Paulo: ABGE, 1998.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: UFSC, 1999a.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: o esta do de Arte. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999b. p.14- 51.

CORAGGIO, José Luís. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas de organização do

- espaço e suas tendências na América Latina. **Revista Planejamento**, Salvador, v. 1, n. 7, jan./mar. 1979.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C.. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.
- CORREA, Roberto Lobato. Região. **A tradição geográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CORREA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CORREA, Rogério Lobato (org.). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- COULON, Alan. **Etnometodologia e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995a.
- COULON, Alan. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995b.
- EAGLER, Cláudio A. G. Risco Ambiental como Critério de Gestão do Território. **Revista Território**. Rio de Janeiro, n.1, p. 31-41, 1996.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John, L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder de uma comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade da Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Associação Comercial**: sessenta anos de história. Governador Valadares: ACGV, 1999.
- FERREIRA, Carolina Santos. São Tarcísio. In: LIBÂNIO, Clarice (Org.). **Guia Cultural Governador Valadares**, n. 1, Belo Horizonte/Governador Valadares: Favela É isso Aí/Núcleo Cidade Futuro, 2010.
- FERREIRA FILHO, José Bispo. **Sentidos de um território e processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio**. 2011. 228f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios de antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENOVEZ, Patrícia Falco; CAZAROTTO, José Luís. **Sociedades Modernas versus Sociedades Encantadas**: Xonim de Cima e Aimorés numa perspectiva espaço-temporal. Governador Valadares: NEHT/UNIVALE, 2010.
- GENOVEZ, Patrícia Falco; FERREIRA FILHO, José Bispo. Configurações de um cenário territorial: o eixo Rio Doce/bairro São Tarcísio/ribeirinhos (Governador Valadares/MG). **Revista Antíteses**, Londrina, v. 5, n. 9, jul./ dez. 2012.
- HOLZER, Werther. **A geografia humanista**: sua trajetória de 1950 a 1990. Rio de Janeiro: RJ/PPGG, 1992.
- ISNARD, Hildebert. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.
- LEFEBVRE, Henri. **Barrio y vida de barrio**. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península, 1971.
- MIRANDA, Regina; PASCOAL, Érica; ALVARENGA, Luciana; NUNES, Márcia; SOARES, Ricardo; CANI, Sabrina (Org.). **São Tarcísio**. Revista Embarcação. Governador Valadares: FAC/ UNIVALE, 2002.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci**: towards a phenomenology of architecture. New York: Rizzoli, 1980.
- RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- RIOS, James Sunta. **Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana**. Madrid: Madrilena, 1967.
- SIMAN, Lana Mara de Castro. **A História na Memória**: uma contribuição para o ensino de história de cidades. 1988. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1969
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O bairro contemporâneo**: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 51, p. 139-172, 1989.



## Atuação da Univale no Programa Marco Zero

Leonardo Geraldo dos Santos Carneiro  
Paula Maria Greco de Oliveira  
Renata Greco de Oliveira  
Ilara Rebeca Duran de Melo  
Bárbara Poliana Campos Sousa

# Atuação da Univale no Programa Marco Zero

Conforme indicamos na Introdução, o Programa Marco Zero constituiu-se como um produto da Oficina de Ideias, coordenada pela Professora Doutora Zenólia Maria de Almeida, então Secretária de Planejamento da Prefeitura Municipal de Governador Valadares.

A Oficina de Ideias (2019) tomou como referência conceitual do Marco Zero:

Entende-se por Marco Zero como o nome que se atribui ao local de fundação de uma cidade. Pode ser caracterizado como um espaço público, cuja demarcação por um monumento ou pórtico confere ao mesmo o ponto onde se deu início à cidade. Vários locais no Brasil possuem o seu Marco Zero determinado. Largo do Carmo (Campinas), marco zero da cidade de Campinas, São Paulo. Praça Sete de Setembro (Belo Horizonte), marco zero da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Praça Rio Branco (Recife), marco zero da cidade de Recife, Pernambuco entre outras.

Especificamente, o Marco Zero para a cidade de Governador Valadares é defendido pela Oficina de Ideias – movimento que se traduz pela conexão de pessoas em torno de uma causa que vai ao encontro dos anseios da Prefeitura de Governador Valadares e dos seus cidadãos – na busca de pontuar a história da cidade com uma marca que determine a sua origem e seja o símbolo de um trabalho mútuo.

O Programa Marco Zero, proposto pela Oficina de Ideias, congrega não só a marcação do local histórico onde a cidade nasceu, o bairro São Tarcísio, mas o resgate de todo o contexto social e cultural que envolve essa região sob vários olhares e perspectivas.

A Oficina de Ideias constituiu um Programa, definindo objetivos, justificativa, premissas e os projetos norteadores (OFICINA, 2019, p. 6 a 8):

### Objetivo Geral

Promover intervenções no bairro São Tarcísio, Marco Zero da cidade, por meio de ações pontuais que procurem resgatar a autoestima dos moradores, o sentimento de pertencimento e a perspectiva turística e cultural do local.

### Objetivos específicos

- Identificar por meio de um monumento o Marco Zero da cidade de Governador Valadares;
- Resgatar a história por meio da produção de material que remonte e registre a cultura local;
- Revitalizar os espaços públicos do bairro com engajamento da comunidade;
- Orientar empreendedores oportunizando novos negócios;
- Construir uma passarela para conectar o Bairro São Tarcísio ao Parque Natural Municipal de Governador Valadares.

### Justificativa para o Programa Marco Zero

O Programa Marco Zero, proposto pela Oficina de Ideias, congrega não só a marcação do local histórico onde a cidade nasceu, o bairro São Tarcísio, mas o resgate de todo o contexto que envolve essa região sob vários olhares e perspectivas que vão ao encontro da melhoria da estrutura do local, da devolução da autoestima aos seus moradores, do resgate do seu sentimento de pertencimento e do oferecimento de uma projeção turística e cultural para o local consolidando um marco na história de Valadares.

O projeto Marco Zero se constitui como uma oportunidade de trabalho mútuo, que opera em variadas frentes reunindo a experiência de diversos colaboradores e parceiros.

### Premissas para o Programa Marco Zero

A realização do Programa Marco Zero está atrelada ao envolvimento de parcerias que compõem o programa. Além do compromisso do poder público, de entidades colaboradoras e da disponibilidade da comunidade local em participar, ainda são essenciais para a realização dos projetos que compõem esse programa:

- Foco na conexão das pessoas em prol do Município e do Cidadão;
- Promoção da pessoa humana em todas as ações desenvolvidas pelo programa;
- Presença do espírito colaborativo entre todas as partes envolvidas;
- Contribuição e o investimento oferecidos pelos parceiros;
- Promoção dos envolvidos em mídias e marcos que contornam o programa;
- Gestão de estratégias e soluções pela Oficina de Ideias e parceiros;
- Acompanhamento do programa pela Oficina de ideias.

PROJETOS NORTEADORES	ATIVIDADES
Prefeitura de Governador Valadares	O TRABALHO NÃO PARA
Bairro São Tarcísio	Comunidade engajada.
Oficina de Ideias	Juntos fazemos melhor
Pitágoras – Curso de Arquitetura	Revigorando o Bairro
Univale– Curso de Arquitetura	Colorindo o Bairro
Univale – Rede de Serviços	Cuidando da Gente
Univale – Administração / NUVEM –Núcleo de Empreendedorismo	Novas visões, novos negócios
Univale GIT e Academia Valadarense de Letras	Conte para nós
Univale – Prefeitura de Governador Valadares	Concurso Marco Zero.
Associação Comercial e Empresarial	Eu tenho a cor
Circuito Trilhas do Rio Doce	Trilhando a Qualificação
Prefeitura de Governador Valadares	Conectando pessoas a novos horizontes

A Univale, portanto, atuou no Programa Marco Zero em parceria com a Oficina de Ideias. Sua atuação ocorreu a partir dos seguintes cursos de Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Administração de Empresas; além de uma rede de serviços ofertados pelos cursos da área da Saúde e pelo Núcleo de Empreendedorismo (NUVEM).

As ações desenvolvidas contaram com o envolvimento dos moradores da comunidade, assim como da Prefeitura Municipal e da associação de bairro.

A atuação do curso de Arquitetura e Urbanismo se deu no projeto “Colorindo o Bairro”, considerando o uso de diversas cores na pintura das edificações. O ponto central foi “criar um visual que contagiasse todos os frequentadores do bairro, estabelecendo uma identidade e um marco para a localidade. A ideia é representar o crescimento/ desenvolvimento da cidade a partir de uma paleta de cores variadas.” (OFICINA DE IDEIAS, 2019).

Em relação ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar Gestão Integrada do Território (GIT/UNIVALE) estabeleceu-se uma articulação com a Academia Valadarense de Letras para a execução do projeto “Conte para nós”. Esse projeto envolveu o resgate histórico e cultural, com a produção desse livro (“Programa Marco Zero”) a ser entregue à comunidade.

## a) Projeto Colorindo o Bairro

O Projeto Colorindo o Bairro, surge a partir de pesquisas feitas em diversas localidades dentro e fora do Brasil, cuja experiência retratou um efeito positivo e motivador para os moradores dos locais onde foi aplicado. Assim, a cor criaria uma experiência visual contagiante para os frequentadores do bairro; além de criar uma identidade e um marco para a localidade.

Esse processo de definição das cores teve a participação da comunidade local e dos parceiros no projeto entendendo que muito mais que o benefício da pintura em suas casas o morador do bairro teve voz ativa e participativa, trocando experiências e vivências com alunos e professores da UNIVALE.

Em termos operativos, o projeto envolveu várias fases, dentre elas: a assinatura de uma parceria entre a instituição e a Prefeitura Municipal; seleção de egressos e alunos do curso de Arquitetura interessados em participar das ações junto à comunidade por meio de Edital; visitas técnicas para levantamento de dados envolvendo alunos, professores e técnicos da Prefeitura Municipal; levantamento arquitetônico do local; definição, redação de um anteprojeto proposto por professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIVALE; apresentação do antepro-

projeto para a Secretaria de Planejamento (Oficina de Ideias) e para os moradores do bairro São Tarcísio; adequações do anteprojeto; elaboração final do projeto; execução do projeto envolvendo quatro equipes: alunos, professores, profissionais da prefeitura e associação de moradores. A seguir apresentamos um vídeo da apresentação do Programa à comunidade, matérias de divulgação da implementação das ações e o Projeto Colorindo o Bairro, desenvolvido pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIVALE.





imagens ilustrativas



Rua Cláudio Manoel, Bairro São Tarcísio

**PALETA DE CORES**



imagens ilustrativas

Taiti D327	Apatita E327	Azul-precioso R636	Idade de Ouro C037	Sorbet de Manga E614	Bolo de Banana R606
Suco de Clorofila C050	Verde Trevo D049	Verde Bandeira R312	Final da Tarde B594	Melancia P112	Valentino R581

Taiti D327  
Apatita E327  
Azul-precioso R656  
Suco de Clorofila C050  
Verde Trevo D049  
Verde Bandeira R312

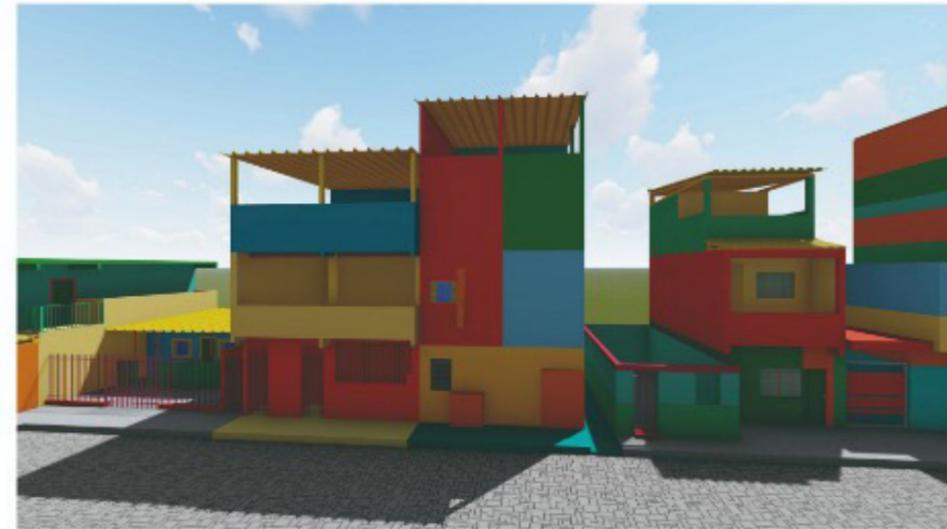
Idade de Ouro C037  
Sorbet de Manga E614  
Bolo de Banana R606  
Final da Tarde B594  
Melancia P112  
Valentino R581







Fotos local Rua Cláudio Manoel, Bairro São Tarcísio



casas módulo 1 - imagens ilustrativas

PALETA DE CORES



Taiti D327  
Apatita E327  
Azul-precioso R656

Idade de Ouro C037  
Sorbet de Manga E614  
Bolo de Banana R606

Suco de Clorofila C050  
Verde Trevo D049  
Verde Bandeira R312

Final da Tarde B594  
Melancia P112  
Valentino R581





Fachadas com revestimento cerâmico não serão pintadas.



Fotos local

Colorindo o bairro - Prancha 4/Acervo Bárbara Poliana Campos Sousa





Fotos locais

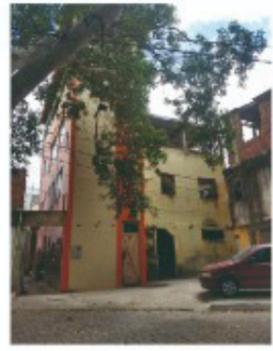
Fachadas com revestimento cerâmico não serão pintadas.



casas módulo 2 - imagens ilustrativas

PALETA DE CORES					
Taiti D527	Apetita E527	Azul-precioso R656	Ídolo de Ouro C057	Sorbet de Manga E674	Bolo de Banana R606
Soco de Claraia C050	Verde Trevo D049	Verde Bandeira R312	Final da Tarde R594	Melancia P112	Valentino R581





Rua Cláudio Manoel, Bairro São Tarcísio

PALETA DE CORES





casas módulo 3 - Fotos local



**PALETA DE CORES**

Taíti D327	Aparição E327	Azul-precioso R656	Mágoa de Ouro C057	Sorbet de Manga E814	Bolo de Banana R606
Suco de Claraólia C060	Verde Trevo D049	Verde Bandeira R312	Final da Tarde R594	Melancia P112	Valentino R581



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**GOVERNADOR  
VALADARES**

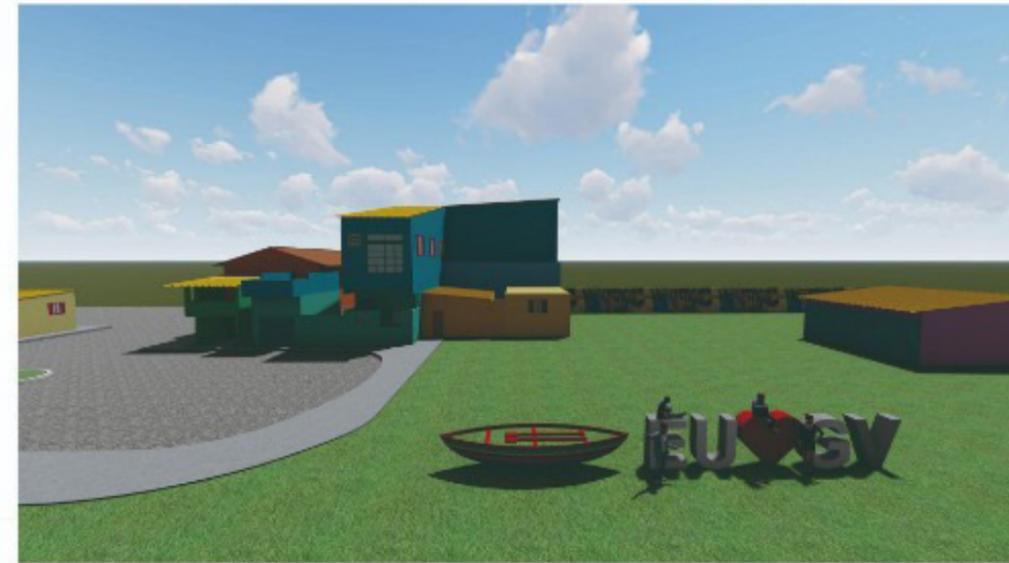


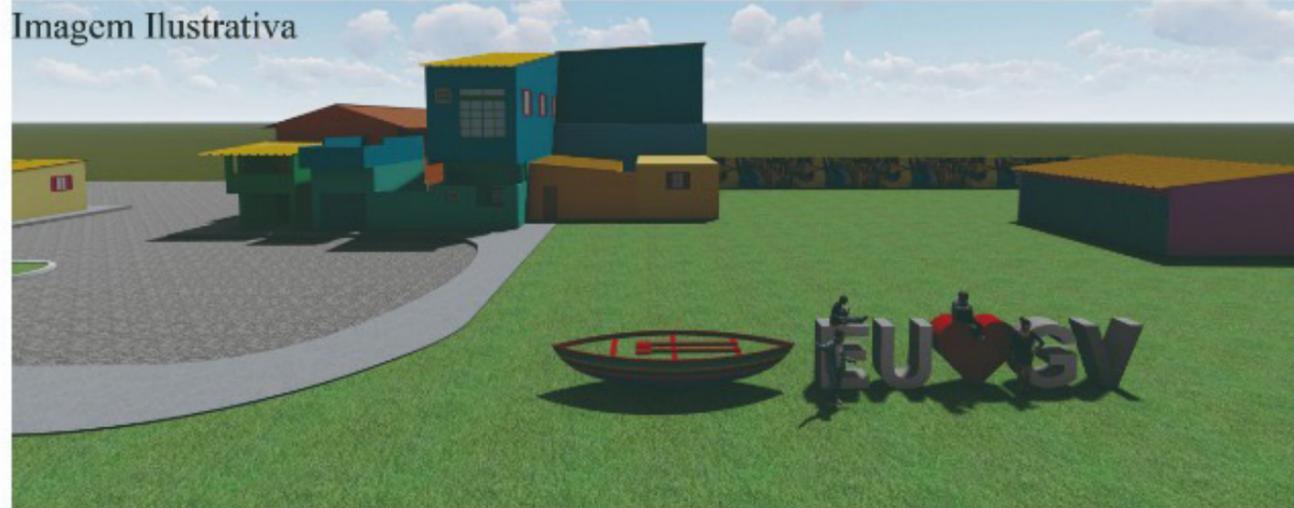
casas módulo 3 - Fotos local





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**GOVERNADOR  
VALADARES**





## b) Projeto Conte para nós

O Projeto Conte para Nós, teve inicialmente o objetivo de promover o envolvimento da comunidade com a sua memória. Nesse aspecto, resgatar a cultura local, suas histórias, contos e crenças seria essencial para devolver aos moradores o sentimento e as razões para pertencer e amar a sua localidade. Entretanto, em função da pandemia de COVID-19 foram necessários ajustes no sentido de resguardar docentes (do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar Gestão Integrada do Território, discentes, membros da Academia Valadarensis de Letras (AVL) e a comunidade do bairro São Tarcísio.

Tendo em vista a impossibilidade do trabalho de campo, optamos por uma pesquisa em publicações dos memorialistas locais, vários deles integrantes da AVL, cujo resultado apresentamos no primeiro capítulo desse livro. A perspectiva da comunidade, presente no segundo capítulo, foi obtida a partir de entrevistas e observações de campo efetuadas e analisadas em uma pesquisa de mestrado, desenvolvida pelo professor do curso de Arquitetura e Urbanismo e egresso do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar Gestão Integrada do

Território, José Bispo Ferreira Filho. Contamos também com a parceria do Dr. José Luiz Cazarotto, membro da Royal Anthropological Institute (Inglaterra) e do Anthropos Institute (Alemanha).

O projeto proposto em parceria com a AVL pode aprimorar o conteúdo desenvolvido nesse livro por meio de encontros e reuniões agendadas com a comunidade, escolas locais e associação de bairro, criando as oportunidades para complementar a história e a cultura do Bairro de forma a contextualizá-lo como o Marco Zero do Município de Valadares.

Isto posto, a Univale, como instituição de Ensino tradicional e atuante em Valadares, acredita que a Educação envolve, desperta, agrega, potencializa e transforma pessoas. Nesse sentido, coloca a sua expertise à disposição de projetos que possam ajudar o indivíduo a despertar o seu potencial, a levar o conhecimento mais longe, a conectar pessoas e a construir uma sociedade melhor.

# SOBRE OS AUTORES

## **Bárbara Poliana Campos Sousa**

Possui graduação em ARQUITETURA E URBANISMO pela Universidade Vale do Rio Doce (2008). Atualmente é professora arquitetura e urbanismo da Universidade Vale do Rio Doce, professora - conforto ambiental da Universidade Vale do Rio Doce, professora - desenho arquitetônico da Universidade Vale do Rio Doce e professora - perspectiva i e ii da Universidade Vale do Rio Doce. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, urbanismo, revitalização, edifício e importância.

## **Haruf Salmen Espindola**

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1981), mestrado em História Política pela Universidade de Brasília (1988) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é professor titular da Universidade Vale do Rio Doce - Univale, atuando no Curso de Direito e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território - GIT/Univale. Tem experiência no campo da Gestão Universitária: foi Coordenador de Curso na Graduação e na Pós-graduação Stricto Sensu, Chefe de Departamento, Diretor de Faculdade e vice-Reitor; atuou como membro da Conselho Diretor da Fundação Percival Farquhar, mantenedora da Univale. Na Gestão Pública ocupou o cargo de Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural; Secretário de Governo; e Secretário de Educação no Município de Governador Valadares. Na pesquisa dedico à Ciência Política, História Social e História Ambiental. Na Extensão Universitária atuou no terceiro setor, inclusive coordenador da ONG Centro Agroecológico Tamanduá, na qual é atualmente membro do Conselho Diretor; atua no campo do desenvolvimento territorial rural. Atualmente é Coordenado do Programa GIT/Univale e do Doutorado Interinstitucional - DINTER do PPGICH/UFSC na receptora Univale.

## **Ilara Rebeca Dura de Melo**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FUMEC. Especialização em Construção Civil pela UFMG e em Docência do Ensino Superior pela UNIVALE. Mestrado em Gestão Integrada do Território. Atualmente Coordenadora e Professora do Curso de Arquitetura da UNIVALE. Membro do NUVEM, Núcleo Universitário de Empreendedorismo e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural de Governador Valadares, como represen-

tante das Instituições de Ensino Superior. Conselheira Estadual do CAU/MG. Experiência em projetos arquitetônicos de grande porte, como supermercados, escolas, clínicas e hospitais, concessionária de veículos, regularização de edificações e urbanização de parques e praças.

#### **José Bispo Ferreira Filho**

Possui graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Vale do Rio Doce (1988). Atualmente é professor Dedicado Parcial na Universidade Vale do Rio Doce. Foi coordenador do setor de Música e Literatura da Fundação Percival Farquhar (Núcleo de Cultura) e diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: território, memória, identidade, tradição e poder. Possui pós-graduação em Linguística Aplicada e Filosofia pelo Framingham State College (Massachusetts - 2001). Possui também pós-graduação em Gestão Integrada do Patrimônio (Univale - 2007). É Mestre em Gestão Integrada do Território (Univale- 2011).

#### **José Luiz Cazarotto**

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica do Paraná (1973), graduação em Teologia pelo Instituto Teológico de São Paulo (1978), graduação em Psicologia - Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo (1984) e doutorado em Psicologia pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma (1997). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, psicologia, antropologia, educação e território. Desenvolve estudos em neurociência e semiótica social relacionados a fenômenos sociais. É membro ativo da Royal Anthropological Institute desde 1998; do Anthropos Internacional desde 2007.

#### **Leonardo Geraldo dos Santos Carneiro**

Mestre em Administração, Pós-graduado em Gestão Estratégica da Informação, Graduado em Administração, Graduado em Gestão Empresarial. Atualmente é o Coordenador dos Cursos de Bacharelado em Administração modalidades Presencial e EaD, Gestor do departamento CEO - Centro de Empregabilidade e Oportunidades e professor das disciplinas de Jogos de Empresas, Estágio e Atividades Complementares na UNIVALE - Universidade Vale do Rio Doce - Governador Valadares. Atuou como Coordenador do Curso de Bacharelado em Administração na FAGV - Faculdade de Administração de Governador Valadares e professor da disciplina de Teoria Geral da Administração, Planejamento Estratégico e Jogos de Empresas, Atuou como Professor Substituto da UFJF para as disciplinas de Empreendedorismo,

Sistemas de Informação I e II. Atuou como Assessor Técnico do INEP/MEC na área de Tecnologia em Logística no acompanhamento e produção de questões do ENADE. Atuou como Diretor de Unidade de Ensino no SENAC - Unidade Tupinambás para os cursos Técnicos e de Aperfeiçoamento e Superior da Faculdade de Gastronomia do SENAC. Atuou como professor de cursos técnicos de Administração no SENAC MG nas áreas de Finanças, Marketing, Teorias da Administração. Atuou como Coordenador do Curso de Logística da Anhanguera Kroton unidade Presidente Antônio Carlos em Belo Horizonte. Atuou na Anhanguera Educacional como professor Gestão Empresarial e Técnicas e Ferramentas de Gestão. Atuou como professor na Newton Paiva Gestão de Finanças, Técnicas de Negociação. Atuou na PUC Minas como professor da Pós Graduação em Logística aplicada, Gerenciamento da Cadeia Logística e de Operações em Sistemas Logísticos. Coautor do Livro: Ouro Preto o Encanto dos seus Contos. Coautor do Projeto de Educação Patrimonial de Ouro Preto/MG. Editor/designer gráfico/Montagem e Editoração de materiais gráficos.

#### **Maria Terezinha Bretas Vilarino**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (1979), com especialização em História (UNIVALE, 1991) e Mestrado e Doutorado em História pela UFMG (2008; 2015). Atualmente é professora assistente da Universidade Vale do Rio Doce. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em prática de ensino de História; atuando em projetos de pesquisa com os seguintes temas: história regional, saneamento, saúde pública, ambiente e educação. Entre agosto de 2012 e dezembro de 2014 orientou, na UNIVALE, sub-projeto de docência sobre História Local, incluído no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. Sócia fundadora do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), em Governador Valadares.

#### **Patrícia Falco Genovez**

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1993), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1996), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2003) e pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Vale do Rio Doce, atuando nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Design Gráfico e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Gestão Integrada do Território (GIT). Integra o corpo de pesquisadores do Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/Univale). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural, atuando

principalmente nos seguintes temas: formação histórica do território, memória, patrimônio cultural, narrativa, história local, história oral e territorialidades.

**Paula Maria Greco de Oliveira**

Escritora/redatora em jornais, revistas e publicações locais.

**Renata Greco de Oliveira**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce (1998), Especialista em Docência do Ensino Superior pela SIMONSEN (RJ) (1999), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) e cursa o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (iniciado em 2017/2). Atualmente é professora na Universidade Vale do Rio Doce, atuando também como Pedagoga no Núcleo de Educação a Distância e na Assessoria de Extensão. Atuou como Coordenadora Institucional do PIBID-UNIVALE de 2012 a 2017. Atuou como coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Vale do Rio Doce e como representante do Ensino Superior no Conselho Municipal da Educação (CME) de Governador Valadares no mesmo período. Tem experiência na área de Educação Superior em gestão e docência em outras instituições e como pesquisadora, com ênfase nos seguintes temas: Formação Política, Identidade, Processos de Ensino e Aprendizagem, Universidade, Educação a Distância e Estudos de Gênero.